



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Universidade de Lisboa

Mestrado em Política Social

**A transição para a vida ativa dos jovens
institucionalizados em Casas de Acolhimento –
Percursos de inserção**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

:

Aluna: Sandra Marisa Macedo Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Maria José Núncio

Lisboa

2016

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Agradecimentos

Nada se faz sem esforço ou de forma isolada. Temos sempre alguém junto de nós que dê o seu contributo, de uma forma ou de outra, somente temos de saber recebê-lo e operacionaliza-lo. Muitas foram as pessoas que contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível e a todas elas dirijo um enorme agradecimento.

Todavia, não posso deixar de agradecer a algumas pessoas em particular.

Aos meus pais em especial por sempre me acompanharem e apoiarem incondicionalmente para que todo este caminho fosse possível, nunca me deixando desistir, bem como por todas as contribuições indispensáveis ao longo da minha vida académica. Sem o vosso contributo este percurso nunca teria sido tão gratificante e positivo.

Ao meu irmão, cunhada, restante família e amigos pelo amor, dedicação e generosidade, sem a vossa cooperação este percurso não teria sido possível.

Ao meu namorado, por todo o apoio, disponibilidade, incentivo, paciência e compreensão em todos os momentos.

À minha orientadora, Professora Maria José Nuncio pela sua inteira disponibilidade e apoio. O seu papel foi essencial para me guiar ao longo do estudo.

A toda a Equipa Técnica do Centro de Promoção Juvenil por toda a disponibilidade e apoio prestado ao longo da realização do trabalho.

A todas as jovens-adultas que participaram no estudo, não só pela sua participação mas também pela sua disponibilidade e empenho.

A todas estas pessoas, o mais sincero obrigada.

Resumo

O presente estudo centra-se nas narrativas de jovens que vivenciaram a experiência da institucionalização, nomeadamente na sua infância e/ou adolescência, bem como na perceção destas, no que diz respeito à influência que esta experiência teve no seu percurso e condições de vida atuais.

Assim, tendo em conta critérios metodológicos, foi formado um grupo de sete jovens, que haviam vivido em regime de Acolhimento Residencial prolongado na Casa de Acolhimento – Centro de Promoção Juvenil, Casa da Estrela.

Em Portugal, apesar de já terem sido desenvolvidos alguns estudos sobre este tema, ainda é diminuta a investigação acerca da problemática, principalmente pesquisas que analisem as próprias narrativas dos sujeitos, que observem os significados e perceções, que estes indivíduos atribuem ao período em que viveram em instituição e se eventualmente esta experiência se manifesta na qualidade de vida e bem-estar atual, o que torna mais premente a necessidade deste tipo de investigação.

Neste sentido, e tendo em conta a temática do Acolhimento Residencial, a ótica da qualidade de vida e bem-estar destas jovens, foi manifestando um interesse acrescido. Partindo do referido anteriormente, achou-se que tal nos poderia auxiliar na forma como percebemos, tanto o significado, como o papel que o acolhimento teve na vida destas jovens.

Por fim, ajudar-nos-ia a reconhecer outros fatores preponderantes, estando estes relacionados com as experiências de acolhimento de longa duração, tais como, aspetos relativos ao próprio indivíduo, à instituição, à escola, a outros significativos (isto é, família de origem, amigos, nova família), ao trabalho e às redes formais de apoio.

A metodologia utilizada para o estudo baseou-se na investigação qualitativa, nomeadamente entrevistas (semi-estruturadas) e estudos de caso, adequando-se ao objeto de estudo. Propusemo-nos compreender essencialmente duas etapas da vida destes indivíduos, concretamente o percurso institucional e o percurso pós-institucional.

Os resultados obtidos revelaram que embora se identifiquem determinadas fragilidades, limitações e até constrangimentos próprios da institucionalização, na perspetiva das jovens todos estes fatores foram/são propícios ao seu desenvolvimento pessoal e social, ao seu percurso e condições de vida atuais.

Palavras-chave: Casa de Acolhimento; Institucionalização; Autonomia; Jovens-adultas; Cessação do Acolhimento.

Abstract

This present study focuses on the narratives of young adults about their institutionalization experiences, namely in their childhood and/or adolescence, as well as their perception of the experiences occurred throughout their lives and current living conditions.

Thus, taking into account the criteria defined in the methodology, a group of seven young adults who had lived in prolonged residential fostering (at Casa de Acolhimento - Centro de Promoção Juvenil) was chosen.

In Portugal although there have been some studies about this issue, the research about this problem it is still quite scarce particularly research involving the narratives of the subjects, and that observes the meanings and perceptions that these individuals attribute to the period in which they lived in institution and possibly this experience is manifested in the quality of life and well-being present, which makes it more pressing the need for this type of research.

In this sense, and taking into account the issue of residential fostering the quality of life of these young adults is of great interest. From what said previously we reckon this can help us to better understand the role fostering had in these young adult's lives.

Finally, it would also help us to recognise other important factors, these being related to long term fostering experiences such as aspects related to oneself, the institution, the school, significant others, (family of origin, friends, new family) and the formal support network.

The methodology used for the study was based on qualitative research namely interviews (semi-structured) and case studies adequate for the study. We proposed to comprehend two life stages, namely the institutional path and the post institutional path.

The results obtained show that although there are some frailties, limitations and constraints inherent to the institutionalization in the perspective of these young adults all these factors were/are conducive to their personal and social development, to their life course and current life situation.

Keywords: Children and Youth Homes; Institutionalization; Autonomy; Young adults; End of foster care.

Siglas e Abreviaturas

CA – Casa de Acolhimento

CASA – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPJ – Centro de Promoção Juvenil

EATTL – Equipa de Acessoria Técnica ao Tribunal de Lisboa

ECJ – Equipa de Crianças e Jovens

GAPA – Gabinete de Apoio para a Autonomização

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PII – Plano de Intervenção Imediata

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

Índice

Índice	6
Índice de Tabelas	7
Índice de Figuras	7
Introdução	8
Parte I.....	11
Capítulo I - Risco e Proteção na Infância	11
1.1. Respostas Sociais no Sistema de Proteção à Infância.....	14
1.2. Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	17
Capítulo 2 - Acolhimento Residencial	23
2. Motivos de Institucionalização	24
2.1. Processo de Institucionalização	25
2.2. Processo de admissão e acolhimento das crianças e jovens	26
2.3. Acolhimento Residencial e Autonomia	27
Capítulo 3 - Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela	28
3. Organização Formal	28
3.1. Objetivos da instituição	28
3.2. Caracterização da População Alvo	29
3.3. Processo de Admissão	29
Parte II	31
Capítulo 4 – Objetivo e Metodologia	31
4.1. Investigação Qualitativa	33
4.2. Estudos de Caso	34
4.3. Universo do Estudo.....	36
Capítulo 5 – Apresentação dos casos	39
Capítulo 6 – Caracterização dos casos	46
6.1. Caracterização dos casos estudados	46
6.2. Análise das entrevistas.....	49
Conclusão	64
Bibliografia.....	69
Legislação.....	73
ANEXOS	74

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento, 2014.....	13
Tabela 2 – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento, 2014.....	14
Tabela 3 – Caraterização sociodemográfica dos casos estudados.....	38

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo Piramidal do Sistema de Promoção e Proteção de crianças e jovens em perigo.....	21
--	----

Introdução

A escolha do tema desta investigação foi motivada pelo gosto da autora, pelo facto de estar a desempenhar funções de Técnica Superior de Serviço Social numa Casa de Acolhimento podendo, e por esta via, contactar com determinadas problemáticas que vão ao encontro do objeto de estudo da presente investigação, bem como pela importância desta questão para o Serviço Social e Política Social, em Portugal.

A temática em estudo, começou a suscitar algum interesse, conduzindo assim a uma intensa investigação no sentido de se poder aprofundar os conhecimentos acerca do mesmo.

Assim, o estudo irá incidir sobre as transições de jovens, que viveram longos períodos da sua vida em instituições de acolhimento – denominadas de Casa de Acolhimento – estando neste momento autonomizadas. Ou seja, pretende-se analisar as experiências de institucionalização de jovens, durante a sua infância e/ou adolescência, bem como examinar a perceção das mesmas, acerca da influência que as experiências vividas na Casa de Acolhimento exercem nos seus percursos e condições de vida atuais, partindo da seguinte questão:

- “A institucionalização promove/influencia a inserção social e profissional dos jovens?”

Inicialmente pretende-se caraterizar uma Casa de Acolhimento, denominada de Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela. A Casa de Acolhimento referida é designada como uma instituição de acolhimento prolongado, destinada a crianças e jovens do sexo feminino, em perigo/risco. De seguida é intenção dar a conhecer o contexto institucional onde se encontravam acolhidas estas jovens que estavam em perigo/risco, estando estas privadas do seu ambiente familiar de origem. Para tal pretende-se contactar com estas jovens, no sentido de se identificar as preocupações que estas tinham durante o período de institucionalização.

Assim sendo, e no sentido de se poder ter uma perspetiva mais abrangente sobre a qualidade de vida e o bem-estar destas jovens, o nosso principal objetivo prende-se com perceber o significado e a forma como o Acolhimento Residencial influenciou as vidas e os percursos destas jovens, identificando a partir destes, outros fatores que possam também ter influência. Estes fatores podem estar relacionados com a experiência do acolhimento prolongado, principalmente, aspetos relativos ao próprio indivíduo, à

instituição, à escola, ao trabalho, às redes formais de apoio, e a outros significativos, tais como a família de origem, os amigos e a nova família.

Apesar da intensa investigação realizada acerca do fenómeno da institucionalização e do impacto que esta tem no desenvolvimento das crianças e jovens que são acolhidos, algumas investigações defendem que a forma como as instituições estão organizadas, as suas características, o afastamento que existe entre a criança/jovem e a sua família de origem, a perda de laços afetivos e suas referências, ou seja a experiência de se viver numa instituição, por si só, pode exercer um impacto negativo no desenvolvimento social e emocional desse sujeito (Alberto, 2002). Por outro lado, outras investigações defendem que a instituição pode constituir-se como um espaço seguro, substituto da família onde a criança ou jovem estava integrado e que o colocava em risco, sendo a instituição uma alternativa de vida com vantagens, tais como a experiência e vivência em grupo e desenvolvimento de competências sociais (Zurita & Fernández, 1996).

Os estudos realizados no âmbito do acolhimento residencial, têm vindo a ser mais desenvolvidos em países da União Europeia, contudo são na sua larga maioria, de natureza quantitativa e descritiva, dando especial ênfase à caracterização dos jovens acolhidos, funcionamento e organização das instituições.

Contrariamente ao que tem acontecido na Europa, em Portugal, têm vindo a ser desenvolvidos estudos de natureza qualitativa, debruçando-se especialmente sobre as trajetórias de vida e o contexto pós-institucional de jovens que passaram pela experiência da institucionalização (Quintãns, 2009).

Face ao exposto, é intenção da autora refletir sobre a importância que a experiência institucional, na sua larga maioria de longa duração, pode ter na vida destas jovens, e sobre a forma como estas se organizaram e definiram o percurso de vida, tendo por base o seu historial e as complexas realidades em que decorreram tanto a sua infância como a sua adolescência.

Assim, a presente investigação pretende debruçar-se sobre a forma como estas jovens, que permaneceram em instituição ao longo de vários anos, percecionam a influência das suas experiências de acolhimento institucional na infância e nas suas condições de vida atuais. Desta forma, será possível compreendermos a prática, o funcionamento das Casas de Acolhimento e a influência que estas podem ter, na vida daqueles que são acolhidos. Pretende-se ainda, a partir dos resultados obtidos, contribuir tanto para a melhoria da qualidade na prestação deste tipo de serviços como para um

conhecimento mais profundo e rigoroso dos percursos de vida destas jovens acolhidas, das suas famílias e mesmo das instituições de acolhimento.

Deste modo, considera-se que só escutando os próprios indivíduos e as suas perceções, com base nas suas memórias e relatos das suas vivências e do sentido atribuído a essa experiência, é possível reconhecer os aspetos positivos e negativos dessa passagem e a sua eventual influência nas condições de vida atuais.

O presente trabalho divide-se em duas partes no que se refere à organização e estrutura-se em seis capítulos.

A primeira parte tem uma vertente mais teórica e encontra-se dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado ao enquadramento do Risco e Proteção na Infância, nas respostas sociais no sistema de proteção à infância, e na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

O segundo capítulo foca o Acolhimento Residencial, tendo em conta os motivos da institucionalização, o processo de institucionalização e o processo de admissão e acolhimento das crianças e jovens. No presente capítulo é ainda enquadrado o Acolhimento Residencial e a Autonomia.

No terceiro capítulo é descrito e caracterizado o Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela, instituição onde o trabalho foi desenvolvido.

Na segunda parte do trabalho apresentamos a metodologia escolhida para a realização do estudo, bem como o estudo empírico. O quarto capítulo descreve mais detalhadamente os objetivos e a metodologia utilizada no trabalho.

No quinto capítulo apresentam-se os casos das jovens selecionadas para as entrevistas e que já cessaram o acolhimento, com o intuito de melhor se perceber os seus percursos de vida.

No sexto capítulo é feita uma análise das entrevistas, integrando a teoria e os resultados obtidos.

O trabalho termina com as considerações finais, onde são expostas as conclusões do presente trabalho.

Parte I

Capítulo I - Risco e Proteção na Infância

O Conceito de “*crianças e jovens em risco*” tem tido diferentes definições e perspectivas, sendo bastante amplo e heterogêneo. Assim, Fonseca (2004) considera que o conceito anteriormente mencionado é, muitas vezes, usado como um sinónimo de crianças e jovens em dificuldades ou com diversos problemas que, consequentemente, podem vir a ter o seu desenvolvimento ou o seu nível de adaptação social comprometidos.

Todas as crianças e jovens passam por diferentes dificuldades ao longo do seu crescimento, não podendo estas ser evitadas, mesmo que os seus pais os protejam ou mesmo que, na escola, a atenção esteja debruçada sobre estes. Contudo, existem determinados grupos da população que são mais vulneráveis, tendo em conta a existência de situações específicas, potenciadas pela sua vida familiar, pessoal, social e até mesmo económica (Rodrigues E. , 1997).

Desta forma, são estas crianças e jovens, em situação de vulnerabilidade que, necessariamente estão mais expostas a situações de risco. Todavia, não são apenas estas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade que se encontram em risco, pois existem outros fatores que podem ser considerados de risco, tal como é o caso do baixo nível socioeconómico das famílias, apesar deste fator de risco não implicar, necessariamente, a existência de menores em risco (Rodrigues E. , 1997).

Associados ao nível socioeconómico, estão outros dois fatores muito importantes, tais como o isolamento e a exclusão social. Estes dois fatores são os responsáveis pelo facto de uma família não conseguir utilizar de forma correta os recursos da comunidade, que a poderiam ajudar, tanto na resolução dos próprios problemas como num melhor desempenho das suas funções parentais.

Porém, muitos outros fatores podem colocar em risco o desenvolvimento psíquico e social dos elementos dentro do seio familiar, sendo eles o desemprego, deficiências físicas ou mentais de membros familiares, alcoolismo, famílias numerosas, toxicodependência, histórias criminais na família, abandono familiar, maus-tratos, violência, negligência, entre outros (Rodrigues, 1997; SCML, 2004; Gomes, 2005; Alves, 2007; Quintãns, 2009).

Assim sendo, podemos constatar que esta problemática está intimamente relacionada com uma grande diversidade de fatores, sendo eles de origem económica,

psicológica, biológica, individual, familiar, situacional e social. É, pois, com a combinação dos fatores anteriormente apresentados, que uma família coloca uma criança ou jovem em situação de vulnerabilidade e risco.

Segundo o Plano de Intervenção Imediata (PII) de 2009 do Instituto da Segurança Social (2010), sobre o qual podemos comparar dados entre o ano de 2004 e o ano de 2007, constatamos que existe uma variedade de motivos que estão na base do acolhimento das crianças e jovens, sendo maioritariamente a negligência, o abandono escolar, abandono, orfandade, maus tratos físicos e psicológicos, ausência temporária de suporte familiar, mendicidade e abuso sexual.

Porém, de entre os motivos acima mencionados, aquele que mais se destaca pelo seu maior número de casos é a negligência, podendo esta ser considerada de várias formas, sendo elas a negligência face a comportamentos de risco da crianças e do jovem, a negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, a negligência ao nível da educação, a negligência ao nível da saúde e, por fim, a negligência por exposição a modelos parentais desviantes (ISS, 2010)

Segundo o PII de 2009 (ISS, 2010), o segundo maior motivo pelo qual as crianças e jovens são acolhidas é o abandono, contudo é de mencionar que de 2004 a 2007 houve uma redução significativa. Como terceiro motivo, destacam-se os maus tratos físicos e psicológicos, apresentando também estes, uma ligeira diminuição no número de casos entre 2004 e 2007.

Relativamente ao abandono, este é também um motivo pelo qual devemos ter especial atenção, pois o número de crianças acolhidas em 2004 por este motivo era muito elevado, tendo vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 2007 não houve registo deste tipo de casos. Por fim, o abuso sexual, podendo também este ser denominado de várias formas, os mais expressivos são a violação e a exposição verbal/física a comportamento de cariz sexual. De referir que o número de casos tem vindo também a diminuir.

Apesar de se verificarem diminuições nos números anteriormente apresentados, existe ainda muito trabalho a ser realizado para que a entrada de crianças /jovens no sistema de acolhimento seja cada vez menor. Para tal, é necessário criar formas de apoio tanto aos pais como às famílias que cuidam destas crianças/jovens, fornecendo-lhes alguns apoios sociais e financeiros.

É importante que a estes pais e famílias cuidadoras sejam fornecidos apoios para a frequência de formações, onde se desenvolvam competências sociais e parentais, no

sentido de adquirirem capacidades para superarem as suas fragilidades, assegurando a educação bem como o desenvolvimento dos seus filhos. Neste sentido, vamos ao encontro das Recomendações do Conselho da Europa.¹

Neste seguimento, é importante mencionar que as sociedades têm vindo a atravessar por um processo evolutivo bastante acentuado, no que respeita às mudanças na estrutura familiar. Contudo, e apesar de todas estas mudanças que se têm vindo a verificar, existem ainda muitas crianças e jovens em situação de perigo, obrigando o sistema de acolhimento a intervir e levando à permanência destas crianças e jovens nas Casas de acolhimento, por um longo período de tempo.

De acordo com o C.A.S.A 2014 (Caraterização Anual da Situação de Acolhimento), onde é possível observar e avaliar todos os dados relativos ao sistema de acolhimento, é de mencionar que é também a partir deste que é possível avaliar todos os parâmetros e melhorar algumas fragilidades, que ainda possam existir.

Assim, na Tabela 1 podemos verificar a evolução do acolhimento institucional das crianças e jovens em Portugal, de 2006 a 2014:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Crianças e Jovens em situação de acolhimento	12245	11362	9956	9563	9136	8938	8557	8445	8470

Fonte: (C.A.S.A, 2014)

Tabela 1 – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento, 2014

Através dos dados da Tabela 1, podemos constatar que, de 2006 a 2013, houve uma diminuição expressiva no número de crianças e jovens a entrar no sistema de acolhimento. No entanto é perceptível que em 2014 a situação sofre alterações e se inverte, verificando-se um aumento, apesar de pouco significativo, no número de crianças acolhidas, em comparação com o ano anterior.

¹ (Recomendação 1601 (2003), aprovada em 2 de Abril de 2003, com a designação original “Amélioration du sort des enfants abandonnés en institution” (Alves, 2007).

Importa também avaliar, não só o número de entradas no sistema de acolhimento como também o número de jovens que cessaram o mesmo em Portugal, de 2006 a 2014 (Tabela 2):

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Crianças e jovens que cessaram o acolhimento	2771	3017	3954	3016	2889	2634	2590	2506	2433

Fonte: (C.A.S.A, 2014)

Tabela 2 – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento, 2014

Tendo em conta os dados da Tabela 2, podemos verificar que a oscilação no volume de saídas do sistema de acolhimento, não tem sido muito significativa ao longo dos anos, com a exceção apenas para o ano de 2008 que apresentou um número de saídas de 3954, muito significativo em relação aos anos anteriores e posteriores. Verifica-se também que nos últimos anos o número de saídas é pouco significativo.

Podemos concluir que o número de crianças e jovens em situação de acolhimento é bastante elevado. Contudo, também podemos concluir que muitas destas situações não se conseguem alterar, sendo uma realidade que se impõe às crianças e jovens, quando os seus pais ou familiares não conseguem assegurar os seus cuidados, temporária ou definitivamente, isto é, assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento integral das crianças ou jovens, sem os colocar em perigo nem comprometer a sua saúde, bem-estar e segurança.

1.1.Respostas Sociais no Sistema de Proteção à Infância

Ao longo dos últimos anos, o Sistema de Proteção Social em Portugal tem vindo a sofrer várias modificações, visando a promoção dos direitos das crianças, principalmente daquelas que se encontram em perigo ou mais vulneráveis, assentes sempre numa perspetiva de modernização.

Segundo o Ministério do Trabalho e da Segurança Social (2007), as políticas para a Infância da Segurança Social estão assentes em vários princípios, como a igualdade de oportunidades, responsabilidade, integração, cidadania, participação,

multidimensionalidade e intervenção local. De mencionar que esta intervenção está intimamente relacionada com as diretrizes internacionais e europeias. Tendo em conta, especificamente, a intervenção, em matéria de Infância e Juventude, esta nos últimos anos incidiu em reformas e documentos estratégicos, que se têm vindo a tornar indispensáveis, tais como:

- Reforma Legislativa - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei nº147/99 de 1 de setembro). A Lei anteriormente mencionada sofreu alterações no ano de 2003, alterações essas representadas pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto. Em 2015 a Lei sofre novas alterações, contempladas na Lei nº 142/2015 de 8 de setembro; Lei Tutelar Educativa (LTE) (Lei nº 166/99, de 14 de setembro);
- Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social (PNAI) – elege a infância como uma prioridade nacional, visando a promoção e cooperação da inclusão social, tendo como objetivo primordial tentar eliminar todas as situações de exclusão social direcionadas para as crianças, facultando-lhes oportunidades para que estas consigam realizar uma boa inserção social.

No presente Plano foram delineadas determinadas prioridades, em matéria de infância e juventude, sendo elas a promoção de medidas que tendem a eliminar situações de pobreza e/ou exclusão social a que as crianças e jovens são objeto; disponibilização de estruturas de acolhimento para crianças e jovens, até à idade limite da escolaridade obrigatória; promoção de direitos direcionados para as crianças e jovens; promoção de medidas e respostas de prevenção de situações de risco, a atuar precocemente; favorecer a desinstitucionalização; promoção do estímulo à subsistência de criança ou jovem no seu meio natural de vida, garantindo que junto da sua família as condições para as responsabilidades parentais estão garantidas; aligeirar o processo de adoção; e, por fim, tentar contrariar a propensão para a inserção social dos jovens no mercado de trabalho (Ministério do, 2007);

- Programa do XVII Governo – programa que tem como prioridade a intervenção nas crianças, com atuação primordial em vários setores, tais

como a educação, segurança social, saúde e família. De entre estes, destacam-se como pontos principais, uma maior e melhor educação, combate à pobreza e exclusão social (tendo como objetivo promover a desinstitucionalização de pelo menos 25% das crianças e jovens no sistema de acolhimento e criar um sistema onde seja possível acompanhar e avaliar regularmente as instituições do estado que estão integradas no sistema de acolhimento de crianças e jovens) e, apoio às famílias.

- Iniciativa para a Infância e Adolescência (INIA) – tem como objetivo definir um plano de ação que defenda a universalidade dos direitos de todas as crianças, suportado por um projeto de planificação global. A intervenção deverá incidir no processo de desenvolvimento e socialização da criança ou jovem, desde o seu nascimento até à idade adulta. Esta iniciativa tem como principal objetivo construir e mobilizar uma cultura de cooperação e articulação entre as mais variadas instituições e a sociedade civil, que sejam responsáveis e estejam comprometidas com a defesa dos direitos da criança, durante o processo de desenvolvimento.

A partir de 2007 começaram a surgir novas medidas e/ou programas relacionados com a promoção da desinstitucionalização da criança ou jovem, sendo este denominado como Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudança). O Plano DOM caracterizava-se pela qualificação de rede de Lares de Infância e Juventude, com o intuito de se melhorar, continuamente, tanto os direitos como a proteção das crianças e jovens acolhidas.

Desta forma, as respostas sociais já existentes foram melhoradas no que respeita à gestão da qualidade das creches, Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário; à melhoria e aprofundamento do modelo centrado nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; e à qualificação da intervenção dos Técnicos (Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2007).

No que diz respeito aos restantes países da União Europeia, as respostas sociais existentes em matéria de infância e juventude são diversas, sendo os tipos de acolhimento também muito distintos. Vários autores referem que a única semelhança do

acolhimento nos mais variados países é apenas a cama onde as crianças dormem, não sendo esta fornecida pela família mas sim por outras pessoas, sendo assim perceptível as diferenças entre países (FICE, 2008).

Deste modo, passamos a identificar as diferenças existentes: na Inglaterra, Finlândia e Eslovénia o sistema de acolhimento caracteriza-se sobretudo pelas famílias de acolhimento; na Polónia e Alemanha predomina o acolhimento institucional ou residencial (contudo, a Alemanha é o único país da União Europeia onde não se verificou um acréscimo no número de famílias de acolhimento, à semelhança do acolhimento institucional).

Relativamente à permanência do acolhimento, em anos, tem-se vindo a registar uma diminuição nos vários países da Europa, sendo este registo mais visível em Inglaterra. Desta forma, importa salientar que esta diminuição, na permanência em acolhimento, muito tem a ver com o facto de se considerar que a educação institucional deve ser realizada através de uma intervenção de curta duração, tendo como principal objetivo que a criança ou jovem regresse à sua família no menor tempo possível, sempre que tal seja possível e não constitua perigo para a mesma. Um outro fator que tem sido importante para esta diminuição, é o facto de se ter vindo a considerar, o acolhimento institucional prolongado, bastante dispendioso para os países (FICE, 2008).

1.2. Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

De seguida apresentaremos e discutimos os Direitos das crianças e jovens, que estão legalmente estabelecidos, a nível nacional e a nível internacional.

A nível internacional, destaca-se, obviamente, a Convenção dos Direitos da Criança, tendo este sido o Tratado mais ratificado de todos no que respeita a direitos humanos. O seu esboço começou a ser iniciado no Ano Internacional da Criança, 1979, sendo porém que o Tratado, proveniente dessa convenção apenas foi aceite por unanimidade e adotado pela ONU em 1989. De mencionar que no artigo 3º desse Tratado se salvaguarda o facto de que todas as decisões adotadas relativamente à criança, devem ter em vista o seu superior interesse, estando ainda consignado que cabe ao Estado o dever de garantir à criança os cuidados necessários, quando os pais, ou quem esteja responsável pela criança, não o consiga fazer. Assim, o artigo 12º destaca que *os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo*

devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade (Unicef, 2004, p.10).

Tendo em conta este documento, o Estado tem como dever garantir a proteção de todas as crianças e jovens² que estejam privados do seu ambiente familiar, zelando para que estes possam beneficiar de cuidados sucessivos e adaptados em instituições especializadas para tal. Desta forma, é necessário que estas medidas tenham em conta a origem cultural da criança ou jovem. Tal necessidade está consagrada no artigo 39º da Convenção: *os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou serviços, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essa recuperação ou reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si própria e a dignidade da criança* (Unicef, 2004, p. 25).

No caso Português, desde 1911 que existe, em Portugal, um sistema de proteção dos menores em risco, através da publicação da Lei de Proteção à Infância, sendo de salientar que foi a partir deste data, que os menores, com idade inferior a 16 anos, se tornaram penalmente inimputáveis e começaram a apresentar-se perante os tribunais especiais, regidos por regras processuais específicas, diferentes das aplicadas aos adultos (Leandro A. , 1995).

Em 1962, foram criados os Serviços Tutelares de Menores bem como os Centros de Observação, antigos refúgios, agregados aos Tribunais Centrais de Menores de Lisboa, Porto e Coimbra. Em 1978 começaram a surgir os Centros de Observação e Acção Social (COAS), que tendo como função a observação, começaram posteriormente a funcionar também como órgãos não judiciais de proteção, ficando estes com competência para aplicar medidas aos menores com menos de doze anos de idade e que estejam em situação de risco/perigo (Leandro A. , 1995).

Em 1982, nasceu o Instituto de Reinserção Social, sendo este um incentivo à rede nacional de apoio especializado, estabelecendo a integração de resposta a todos os Tribunais, incluindo os de Menores e Família (Leandro A. , 1995).

Relativamente ao ordenamento jurídico-constitucional, existente em Portugal, este é alicerçado na intervenção da família e na participação do Estado e da Sociedade, sendo

² Criança ou jovem, é todo o ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo se a lei nacional conferir a maioridade mais cedo (Unicef, 2004).

a partir deste possível, o cumprimento dos Direitos da Criança. Todavia, estes direitos apenas poderão ser cumpridos transversalmente a uma intervenção sobre os quais esses objetivos tenham em conta a superação de eventuais desajustamentos provenientes do processo de desenvolvimento da criança, viabilizando assim uma recuperação (Leandro, 1995).

Neste seguimento, é possível destacar três situações em que seja necessário a intervenção jurídica, sendo elas: situações de crianças desprovidas de meio familiar normal ou outras situações de risco grave para a sua segurança, saúde, educação e formação moral; situações de comportamentos paradelinquentes ou pré-delinquentes de crianças ou jovens; e situações de dissociação familiar. É de salientar que um dos direitos essenciais da criança, de modo a ser praticável a plena realização do seu direito ao integral desenvolvimento físico, moral, cultural, intelectual e social, é o direito de viver no seio de uma família, onde seja amado como filho, tendo esta família de ter o mínimo de capacidade e responsabilidade para lhe promover, um ambiente ajustado ao seu desenvolvimento (Leandro, 1995).

É na Constituição da República Portuguesa que o apoio do Estado às crianças e jovens, em Portugal, está consagrado, concretamente no artigo 70º, no qual salienta que *os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais* (Assembleia da República, 2005, p.24). No entanto, o artigo 69º afirma que *as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições* (Assembleia da República, 2005, p.24).

Segundo Alves (2007), a intervenção realizada com as crianças e jovens em Portugal, foi durante vários anos conduzida pela proposta de Lei nº266/VII, de 17 de Abril de 1999. Baseada num modelo protecionista, a Lei anteriormente identificada, identificava o Estado como o responsável em educar e tutelar/cuidar todas as crianças e jovens em situação de risco/perigo, com comportamentos anti-sociais ou criminosos e vítimas de agressão.

No entanto, ao longo dos anos foi-se verificando a inadequação desta proposta, tendo-se por isso em 1996 constituído uma Comissão Interministerial, com o intuito de se estudar a articulação entre o Ministério da Justiça e o da Solidariedade Social. Deu-se assim, início a uma das maiores reformas políticas e legislativas em Portugal no âmbito da Infância e Juventude em risco, assente na definição de medidas e estratégias para a

população acima mencionada, que manifestasse comportamentos de risco/desviantes, e que por alguma eventualidade estivessem envolvidos em fatos penais ilícitos e/ou em processos cíveis tutelares.

Não obstante, com o início desta Comissão, foi também iniciada a elaboração de propostas da Lei Tutelar educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro) e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro). Assim, relativamente à Lei Tutelar Educativa, esta faz uma intervenção a cargo do sistema de justiça, sobre o qual o Estado tem como missão educar os jovens para o direito, com o intuito de que estes interiorizem as normas e os valores jurídicos fundamentais à vida em sociedade. Quanto à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, esta fica a cargo do Sistema da Solidariedade e Segurança Social.

A Lei nº 147/99, de 1 de setembro, estabeleceu um novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco, evocando uma participação mais ativa na comunidade. Assim, constituiu uma relação de parceria entre entidades públicas e privadas com competências em matéria de infância e juventude, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os Tribunais. De salientar que os Tribunais, apenas actuam quando a intervenção das CPCJ's já não é eficaz, quando não têm consentimento dos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de fato da criança ou jovem (Alves, 2007).

Contudo, e segundo o artigo 3º da legislação referida, verificamos que é legítima a intervenção quando os pais, o representante legal ou quem detenha a guarda da criança ou jovem, não possuam as condições necessárias para assegurar a sua educação, segurança, saúde e desenvolvimento ou que sejam indiferentes aos comportamentos desviantes da criança ou jovem, não se opondo com o objetivos de os minimizar e eliminar.

De acordo com o exposto na legislação, considera-se que uma criança ou jovem está em perigo quando está exposta a situações de comportamentos de risco ou consumos que afetem a sua segurança, educação e saúde; trabalho infantil; e quando o seu equilíbrio e desenvolvimento emocional estão em risco, sem que os seus representantes legais se debatam de forma eficaz sobre a situação apresentada.

Tendo em conta o artigo 4º da referida Lei, este refere que para que uma intervenção tenha sucesso na promoção dos direitos e proteção da criança, é imprescindível ter em conta e obedecer a 10 princípios orientadores, sendo eles o Interesse Superior da Criança e do jovem (isto é, deve ser respitado tanto os interesses

como os direitos da criança e jovem), a privacidade (tendo em conta que se deve respeitar a intimidade bem como o direito à vida privada do jovem), a Intervenção precoce (a partir do momento em que a situação de perigo seja conhecida, deve-se intervir de imediato), a intervenção mínima (a intervenção deve ser apenas realizada por entidades e instituições necessárias à mesma), a proporcionalidade e atualidade (a intervenção só pode ser realizada na criança ou jovem e na família quando seja necessário, devendo esta ser adequada à situação de perigo sinalizada), a responsabilidade parental (isto é, a família deve ser responsável e assumir os seus deveres, enquanto pais ou representante legal para com os menores), a prevalência na família (neste contexto, é sempre dada prioridade às medidas de integração em meio familiar e só quando tal não é possível, encaminhá-la para adoção), a obrigatoriedade da informação (todos as pessoas envolvidos no processo têm o direito a estar informados de todos os seus direitos e sobre quais os motivos principais da intervenção), a audição obrigatória e participação (os envolvidos no processo devem ser ouvidos e devem participar tanto nos atos bem como na definição da medida de proteção a vir a ser aplicada) e a subsidiariedade (a intervenção deve ser realizada pelas entidades responsáveis em matéria de infância e juventude, pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) e, por último pelos tribunais.



Figura 1 - Modelo Piramidal do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo Fonte: (Alves, 2007)

Tendo em conta a figura 1, podemos verificar que a organização do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo é realizada através de um sistema piramidal, com vista à desjudicialização da intervenção (Alves, 2007).

Importa salientar que as CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), tal como consta nos artigos 12º e 15º da Lei referida, são assinaladas como instituições não judiciárias com autonomia funcional com o intuito de promover os direitos das crianças e jovens, bem como prevenir ou pôr em termo situações passíveis de afetar a sua saúde, formação, educação, segurança e desenvolvimento integral. Estas Comissões atuam na área do município onde têm a sua sede.

Segundo Alves (2007), as CPCJ's estão organizadas tendo em conta um conjunto de elementos da sociedade civil e também entidades onde se inserem, sendo estes o município, segurança social, saúde, educação, associações culturais, desportivas e juvenis, associações de pais, IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e forças policiais.

Porém, a Lei define que as CPCJ's funcionem de duas formas: em Comissão Alargada e em Comissão Restrita. Desta forma, a Comissão Alargada constitui-se por todos os membros que a integram, funcionando esta por grupos de trabalho para temas específicos ou em plenário, devendo esta comissão reunir mensalmente (mínimo), tal como consta no artigo 19º(Lei nº142/2015). Um dos seus objetivos é sensibilizar e informar toda a comunidade relativamente aos direitos das crianças e jovens, prevenindo-se desta forma situações de perigo que possam ocorrer, cooperando com as entidades competentes para o efeito, no sentido de ser possível fazer-se o levantamento de carências.

Quanto à Comissão Restrita, tal como está contemplado no artigo 22º, esta deve reunir-se no mínimo de 15 em 15 dias ou sempre que seja convocada pelo presidente. O funcionamento desta é contínuo e sempre que se verificar uma situação de emergência, intervindo sempre que se observem ou se tenha conhecimento de situações que possam pôr em perigo uma criança ou jovem. Neste contexto, a intervenção do Ministério Público tem como objetivo acompanhar os processo que estão abertos nas CPCJ's e daí avaliar as reflexões/considerações feitas por estas, fazendo posteriormente à sua avaliação, uma apreciação judicial (Lei nº142/2015).

Pode-se ainda considerar como medidas de Promoção de Direitos e de Proteção das crianças e jovens em perigo as que tendem a *afastar o perigo em que estas se encontrem; proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação e bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração e abuso*(Art.º 34, Lei nº142/2015).

Assim sendo, e tendo em conta o artigo 35º (Lei nº142/2015) podemos considerar como medidas de Promoção e Proteção: *apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea; apoio para a autonomia de vida; acolhimento familiar; acolhimento residencial; e, confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.*

Contudo, podemos identificar, na Lei nº147/99 e posteriormente na Lei nº 142/2015 uma limitação comparativamente à concretização dos objetivos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, devido ao facto de estas terem de atuar com o consentimento dos pais, tal como se pode observar no artigo 9º: *a intervenção das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens depende, nos termos da presente lei, do consentimento expresso e prestado por escrito dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso.*

Face ao exposto, podemos verificar que se os pais ou representantes legais não concordarem com o acordo estabelecido ou não derem autorização para ser realizada uma intervenção, então o processo transitará para a competência dos Tribunais (Tomás e Fonseca, 2004). Desta forma, a quantidade de processos que chegam ao Tribunal serão muitos mais do que os que seriam de esperar, contrapondo, na prática, o modelo piramidal apresentado anteriormente (Alves, 2007)

Capítulo 2 - Acolhimento Residencial

O Acolhimento Residencial, anteriormente conhecido como Lar de Infância e Juventude (LIJ), é uma entidade que tem como *finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral* (Art.º 49, Lei nº142/2015).

Estes equipamentos estão presentes em todo o Território Nacional, com o objetivo de fornecer um maior apoio a todas as crianças e jovens que possam estar a ser vítimas de desestruturação e instabilidade no seio familiar.

Segundo o artigo 50º da Lei nº 142/2015, o Acolhimento Residencial exerce as suas funções em Casas de Acolhimento, regendo-se estas, por modelos de intervenção socioeducativos que se adequem às crianças e jovens que nelas estão acolhidos.

Neste seguimento, importa referir que as Casas de Acolhimento podem ainda ser organizadas mediante unidades especializadas, sendo elas: *Casas de Acolhimento para resposta em situações de emergência, Casas de Acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher, e Apartamento de Autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens* (Art.º 50º, Lei nº142/2015).

Estas respostas sociais têm como finalidade assegurar o alojamento de crianças ou jovens que se encontrem em situação de perigo, satisfazendo as suas necessidades básicas, fornecendo-lhes condições o mais próximo de um ambiente familiar, facultando-lhes meios que cooperem no seu desenvolvimento e valorização pessoal, social e profissional. De sublinhar que toda esta intervenção é realizada em parceria com a comunidade, escola e família, com o objetivo da duração da institucionalização da criança ou jovem seja minimizada ao máximo (Fernandes & Silva, 1996).

No sentido de não existir uma separação com os laços familiares e a comunidade de origem, as crianças e jovens devem ser acolhidos em Casas próximas do local de residência. A admissão das crianças ou jovens, nestes equipamentos, deve ser realizado com especial cuidado, pois deve ser tido em conta o seu encaminhamento, isto é, integrar a criança e/ou jovem num ambiente favorável com a natureza, aspirações e origem destes (Fernandes & Silva, 1996).

De salientar que, nestas respostas, tal como é o caso das Casas de Acolhimento, é desejável que o ambiente seja contentor e securizante, tendo em conta o superior interesse da criança ou jovem. Deve ser, ainda, realizada uma intervenção ao nível dos planos individuais de intervenção e ser definido o projeto de vida (Gomes, 2010).

2. Motivos de Institucionalização

Ao longo dos anos, o acolhimento era direcionado para crianças e jovens com carências de proteção familiar e social. Atualmente, e perante um conjunto de problemáticas sociais e familiares, o acolhimento começa a direccionar-se, maioritariamente, para crianças e jovens com agregados familiares desestruturados, ligados ao consumo e tráfico de estupefacientes, toxicodependência, à violência domésticas, abuso sexual, delinquência, crime e alcoolismo (Sousa L. , 2005).

De acordo com o Instituto da segurança Social (2010), as crianças e jovens em situação de acolhimento, por vezes tendem a manifestar-se de uma forma mais agressiva ou através de comportamentos antissociais. Estas situações ocorrem nas crianças e

jovens que foram expostas a modelos comportamentais desadequados à sua idade (maus-tratos físicos e psicológicos, por exemplo), sendo esta a forma de conseguirem lidar/manifestar o seu mal-estar.

Assim, o PII (Plano de Intervenção Imediata) de 2009 do Instituto da Segurança Social (2010) revela um número bastante elevado de problemas de comportamento nas crianças e jovens acolhidos, sendo estes comportamentos observados entre os seis e os nove anos de idade, sendo manifestamente expressivo na escala etária dos quinze aos dezasseis anos de idade. Assim, é possível observar uma mudança significativa no perfil da crianças e jovens institucionalizados.

É de salientar que nas crianças e jovens acolhidas, existe uma maior prevalência de características particulares, tais como debilidade, deficiência física e mental, e problemas de saúde mental.

Face ao exposto, podemos constatar que o sistema de acolhimento tem maioritariamente a cargo, jovens na fase da adolescência, podendo assim apresentar problemas de comportamentos graves, uma vez que é nesta fase que este tipo de comportamentos se manifesta com maior expressividade. Contudo, é de ter em conta o facto deste tipo de comportamentos poderem estar associados a patologias de saúde mental.

2.1. Processo de Institucionalização

O processo de admissão de uma criança ou jovem numa Casa de Acolhimento inicia-se, com a análise do diagnóstico social realizado pela Equipa que acompanha o processo, uma vez que é necessário obedecer a determinados critérios para que essa criança ou jovem seja admitida na Casa (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

Os critérios de admissão das Casas de Acolhimento, são os seguintes: a problemática que a criança ou jovem apresenta, as vagas da instituição, o sexo da criança ou jovem, a inexistência de deficiências graves, o escalão etário, a residência da criança, e por fim a permanência de familiares na Casa de Acolhimento, privilegiando-se este último (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

Assim sendo, quando uma criança ou jovem é identificado como estando em perigo dentro do seu seio familiar, dá-se início ao processo de acolhimento. Assim, é necessária a elaboração de um diagnóstico prévio, no sentido de se averiguarem todos

os perigos e a gravidade da situação, avaliando-se desta forma, a necessidade de retirada da criança .

Contudo, existe ainda a hipótese de minorar o dano e a criança ou jovem não ter de ser acolhida. Para tal, é necessário que os técnicos que acompanham o caso consigam, junto da família, minorar a situação de perigo detetada para a criança ou jovem (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

No entanto, se a intervenção realizada não surtir qualquer efeito na família da criança e/ou jovem sinalizado e, se se considerar que existe perigo eminente e risco para a vida da criança ou jovem, então esta é levada, de imediato, para uma Casa de Acolhimento com resposta em situação de emergência (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

De mencionar que, para que uma criança ou jovem seja acolhido, é necessário e obrigatório que seja aplicada uma Medida de Promoção e Proteção pela Equipa Técnica da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) ou do Tribunal, tendo em conta a especificidade de cada caso (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000).

Nos casos em que a criança ou jovem é acolhida em Casa de Acolhimento, se posteriormente se vierem a verificar condições de segurança na família de origem, ambas serão alvo de acompanhamento pela CPCJ e a criança ou jovem retorna à família de origem.

Todavia, se se continuarem a verificar situações de perigo para a criança ou jovem acolhida, e a sua reintegração familiar não seja possível, esta permanecerá na Casa de Acolhimento até que a sua situação se altere. Neste caso, tanto a criança como a sua família serão alvo de uma avaliação contínua, com o intuito de ser trabalhada a reintegração familiar. Caso esta não seja possível, dever-se-á encaminhar a criança ou jovem em causa para adoção, integrá-la no seio da sua família alargada ou no caso de este já ser um jovem, dever-se-á apoiar e encaminhar o mesmo para a sua autonomização de vida (Alves, 2007).

2.2. Processo de admissão e acolhimento das crianças e jovens

Segundo o modelo de avaliação da qualidade das Casas de Acolhimento, posteriormente à admissão de uma criança ou jovem, é aberto um processo individual para o mesmo, abrangendo vários aspetos, tais como uma listagem de contatos da criança ou jovem em causa, isto é, contatos familiares, de instituições envolvidas no processo, dos profissionais que acompanham o caso e de pessoas significativas. Para

além da listagem de contactos, o processo integra também um Plano Socioeducativo Individual (PSEI) e o Plano Cooperativo de Intervenção (Sousa L. , 2005).

Segundo Sousa (2005), o acolhimento é programado logo após a chegada da criança ou jovem à Casa, sendo-lhe seguidamente destinado um gestor de caso (ou de processo) que tem como função manter contato com a sua família, bem como tratar de tudo o que diz respeito a questões judiciais. De seguida, é dado a conhecer à criança ou jovem o modo de funcionamento da Casa, das regras da mesma, o pessoal técnico e educativo, os seus pares, o seu espaço (quarto) e os espaços coletivos e de trabalho.

2.3.Acolhimento Residencial e Autonomia

O impacto da experiência institucional, seja de curta, média ou longa duração, é mediado pela capacidade que os jovens têm de se adaptar, pois uma vez findado o período de acolhimento, estes vão-se integrando em contextos normalizados de vida.

Assim, esta adaptação à vida autónoma (após cessar o acolhimento) implica uma multiplicidade de fatores, tanto internos como externos, sobretudo na disponibilidade e acessibilidade a recursos sociais, pessoais e materiais; no desenvolvimento de competências para a vida autónoma; nos níveis de formação/instrução dos indivíduos, entre outros (Barth, 2009).

Deste modo, é de referir que não existe um único método onde se possam seguir os passos para se poder desenvolver a promoção da autonomia de um indivíduo, pois cada caso é único e as necessidades e potencialidades são díspares. Assim, é fundamental formar programas de autonomia de vida para cada jovem, no sentido de se facilitar a autonomização destes nas sociedades (Barth, 2009).

Segundo Georgiades (2005) os jovens acolhidos em Casas de Acolhimento, onde não foram desenvolvidos programas de preparação para a autonomia de vida, terão maior tendência, após cessarem o acolhimento, a depender de ajudas financeiras públicas. Estas situações ocorrem devido ao facto de não terem sido disponibilizadas/ensinadas as bases necessárias para a autonomia de vida destes jovens.

É de salientar que, os jovens que tiveram acesso a programas de preparação para a autonomia de vida, nas Casas de Acolhimento, reconhecem a importância destes, pois foi através destes programas que adquiriram competências, nos recursos de informação existentes, na gestão monetária, na procura de trabalho, de casa/habitação, e no suporte emocional (Georgiades, 2005).

Capítulo 3 - Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela

O Centro de Promoção Juvenil, Casa da Estrela, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS - sem fins lucrativos com 119 anos de existência, que se rege por estatutos e órgãos hierárquicos. Foi, criado em 1897 com o nome de “albergue de crianças abandonadas”, tendo esta denominação vindo a ser alterada, em 1974, para a atual designação, Centro de Promoção Juvenil.

Surgiu pela mão de D. João d’Alarcão, Governador Civil de Lisboa em 1897, devido ao facto de existir um vasto número de crianças abandonadas pela cidade e por estarem acolhidas na habitação de um agente de autoridade.

Assim, a instituição é suportada com os fundos provenientes da quotização dos sócios, de legados oferecidos pelos seus beneméritos e de subsídios provenientes do acordo com o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.

3. Organização Formal

O Centro de Promoção Juvenil tem a colaboração de dezoito funcionários, estando estes responsáveis pelos vários serviços disponibilizados na instituição, tais como cozinha, rouparia, lavandaria, ação educativa, secretaria e serviços gerais.

É constituído também por uma Assembleia Geral (cerca de 300 sócios), uma Direção (cinco elementos) e uma Equipa Técnica.

A Equipa Técnica do CPJ é constituída por uma Técnica de Serviço Social (responsável pelos internatos), três Educadores Sociais (prestam às educandas apoio ao nível educativo, formativo, cultural e lúdico), uma Psicóloga (faz avaliações e o acompanhamento psicológico individual às educandas) e duas gestoras de caso. No Anexo I, é possível observar a organização da instituição, representada no organigrama.

3.1. Objetivos da instituição

O Centro de Promoção Juvenil tem como missão promover a plena socialização daquelas que acolhe, educando e proporcionando atividades que se enquadrem nas necessidades e desejos dessas jovens, promovendo-lhes um crescimento global e harmonioso.

Desta forma, o CPJ tem também como objetivo, proporcionar a todas as jovens acolhidas uma educação integral, com o intuito de se promover a sua dignidade, garantindo/protegendo as suas necessidades de existência e subsistência.

Assim sendo, esta Casa de Acolhimento procura proporcionar às jovens nela acolhidas, a educação que uma família dá aos seus filhos, de uma forma aproximada, tendo em conta a sociedade contemporânea, tanto ao nível do ensino como da saúde, nas atividades extra e de lazer.

Relativamente à educação, esta é administrada fora da instituição, nas várias escolas da zona, onde lhes é proporcionados cursos e formações que vão ao encontro das potencialidades e interesses das jovens acolhidas.

3.2.Caraterização da População Alvo

O Centro de Promoção Juvenil, Casa de Acolhimento, tem a seu cargo quarenta e cinco jovens, do sexo feminino, entre os 5 e os 21 anos de idade. Acolhe crianças e jovens provenientes de vários países, maioritariamente africanos, cujos pais, devido a empregos precários, falta de condições habitacionais, e vários outros motivos, não têm capacidade para educar e satisfazer as necessidades básicas dos seus filhos.

Porém, esta Casa de Acolhimento, acolhe também jovens raparigas, oriundas de bairros periféricos da cidade de Lisboa, bem como de outras zonas do país, com histórias de maus-tratos, abandono, negligência, seja por um ou por ambos os progenitores.

No entanto, existem ainda situações que derivam de problemas de alcoolismo e toxicodependência por parte dos seus cuidadores, levando, conseqüentemente, a que estas crianças e jovens sejam vítimas de negligência, maus-tratos e abandono.

Estas jovens, são encaminhadas e acompanhadas por distintas entidades públicas, como as CPCJ's, Tribunais e Equipas Multidisciplinares de acessória ao Tribunal e, Equipas de Acolhimento e Emergência da Segurança Social.

3.3.Processo de Admissão

Conforme o Regulamento Interno de 1997, do Centro de Promoção Juvenil, a admissão de uma criança ou jovem tem de obedecer a determinados critérios, designadamente: terem idades compreendidas entre os 5 e os 15 anos de idade e serem do sexo feminino; de nacionalidade portuguesa ou com autorização de residência legal

em Portugal; estarem em situação de abandono ou rejeição familiar; serem encaminhadas por entidades com competência em matéria de infância e juventude; serem crianças cuja incapacidade educativa pela família seja efetiva; e crianças vítimas de atos atentatórios dos seus direitos.

São considerados critérios prioritários de admissão, a existência de irmãos na instituição, serem casos considerados internamento imperioso, e serem residentes na área metropolitana de Lisboa. Os casos são apresentados à instituição, sendo necessária a autorização por parte da Direção para que a criança ou jovem possa ser acolhida no Centro de Promoção Juvenil.

Parte II

Capítulo 4 – Objetivo e Metodologia

As Casas de Acolhimento, ao longo dos últimos anos têm vindo a defrontar-se com um enorme desafio, sendo este o de ter de desenvolver competências, no sentido de se conseguir autonomizar os jovens institucionalizados, uma vez que a intervenção até então não tem sido dirigida nesse sentido.

Assim, o objetivo destas Casas de Acolhimento prende-se com satisfazer as necessidades básicas ou fisiológicas das crianças e jovens que as integram (visíveis na Teoria da Pirâmide de Maslow) bem como promover a autonomia das jovens cujo Projeto de Vida é de autonomização.

Neste sentido, a promoção da autonomia destes jovens é uma importante tarefa, que deve ser desempenhada pelos Técnicos das instituições, tendo em vista a promoção de competências sociais e pessoais, com o objetivo de fornecer aos jovens as ferramentas necessárias à efetivação da autonomia.

Segundo Leandro et al., (2006) autonomia significa participar, governar-se a si próprio, tomar as suas próprias decisões, apresentar-se como sujeito ativo, traçar o seu próprio caminho, é ser um cidadão independente e construtor da sua vida.

Face ao exposto anteriormente, é importante que sejam desenvolvidas condições que fomentem esta autonomia nos jovens institucionalizados, uma vez que se verifica que a maioria destes apresenta uma fraca rede de suporte exterior à instituição e escassas alternativas de retorno à família. Assim, se a autonomia não for promovida/desenvolvida durante o acolhimento destes jovens, no período que antecede à cessação do acolhimento, começam a emergir sentimentos de insegurança e uma incapacidade de traçar objetivos para o seu futuro (Leandro et al., 2006).

Assim sendo, o objetivo da intervenção nesta matéria, deve incidir no “aqui e agora”, no sentido de proporcionar a estes jovens um ambiente o mais próximo possível do natural. Esta intervenção deve ser baseada numa crença da mudança, pois a reeducação promove isso mesmo.

Para que essa mudança seja possível, é necessária a criação de um contexto facilitador, bem como promotor do progresso de aquisição de competências de autonomia de vida. Para tal, é fundamental que se introduzam novas abordagens e se obtenham novas estratégias, através das mais diversas áreas de intervenção, tais como

relações interpessoais, recursos sociais e de suporte, organização e gestão doméstica e financeira, recursos cognitivos, entre outros (Leandro A. A., 2006).

A última etapa, isto é o momento da saída de um jovem de uma Casa de Acolhimento, representa uma fase de mudança bastante importante, devendo merecer especial atenção por parte dos Técnicos. Estes não devem esquecer a importância que os percursos no pós-institucionalização representam na trajetória de vida destes jovens (Castro Pires, 2011).

Na elaboração de um projeto de vida deve ser-se exigente e ponderado, pois é preciso respeitar-se a privacidade da vida individual e familiar, bem como respeitar as diferentes opções educacionais que o jovem possa ter (Leandro A. , 1995).

De salientar que o Projeto de Vida de uma criança ou jovem é visto como uma estratégia de intervenção da Casa de Acolhimento em conjunto com os atores sociais, envolvendo na sua larga maioria, tanto os jovens como as suas famílias.

A definição de um Projeto de Vida proporciona ao jovem acolhido que a sua desinstitucionalização seja feita de forma segura (Instituto da Segurança Social, 2003).

Assim, o presente estudo irá incidir na compreensão e análise da opinião das jovens acerca do momento de transição, dando especial ênfase à perceção e sentimentos que têm deste processo. Esta análise irá permitir também uma avaliação das eventuais lacunas resultantes do processo que cessa o Acolhimento Residencial. Pretende-se ainda, através dos testemunhos das jovens, salientar possíveis aspetos positivos.

Neste capítulo descrever-se-á a metodologia adotada para a realização do presente estudo. Assim, será utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, assente no recurso a técnicas como as entrevistas (semi-estruturadas) e os estudos de caso, no sentido de se fazer uma abordagem interpretativa do objeto de estudo.

Com esta opção metodológica, pretende-se conhecer as perspetivas dos entrevistados sobre o contexto em que estão inseridos e a influência que esse contexto pode ter nas suas ações. Por fim, descrever-se-á o universo da amostra.

Esta investigação é de natureza exploratória, e terá como base um grupo de jovens, do sexo feminino, que já cessaram o seu acolhimento no Centro de Promoção Juvenil – Casa da Estrela.

Serão aplicadas entrevistas a estas jovens com o intuito de se analisar os seus percursos, desde a experiência da institucionalização até à sua autonomização.

4.1. Investigação Qualitativa

Na investigação social a diferença mais significativa prende-se com a divisão dos processos qualitativos e quantitativos, pois a investigação qualitativa tende a apurar vários aspetos, tais como a exploração em profundidade das atitudes, comportamentos e experiências dos participantes na investigação; tende a identificar, explicar e discutir a opinião dos participantes; está associada ao tema ou tenta, pelo menos, ser ética e politicamente sensível a diversos ambientes em que a investigação possa ocorrer, procurando desta forma explicações, temas e resultados (Carey, 2009).

Na investigação qualitativa, um dos seus objetivos prende-se em ajudar a compreender e explicar os resultados encontrados, propondo-se a mostrar o dia-a-dia na realidade do indivíduo, explorando assim opiniões sensíveis, ações e experiências que estão estreitamente ligadas ao percurso da investigação. Esta investigação tende ainda, a dar especial atenção às intervenções culturais relacionadas com a classe, o género, a sexualidade, a incapacidade e o poder. Não pretende ser objetiva, livre de juízos de valor e distante, sendo desta forma oposta à investigação quantitativa (Carey, 2009).

Neste seguimento, importa mencionar que a investigação qualitativa tem como principal objetivo que o investigador tenha algum impacto nos participantes, estabelecendo uma relação de igual para igual, não vendo os indivíduos que participam na investigação como distantes/desconhecidos (Carey, 2009).

A investigação qualitativa está centrada no sentido que os problemas podem ter, analisando as atitudes, os comportamentos e os valores, não sendo dada grande atenção à dimensão da amostra, não existindo desta forma generalização de resultados.

Ao invés da investigação quantitativa, a validade e fiabilidade dos instrumentos não são um problema neste tipo de investigação, podendo assim ser caracterizada por ser indutiva e descritiva, possibilitando ao investigador desenvolver conceitos, ideias e entendimentos a partir dos padrões disponibilizados e encontrados através dos dados. Todavia, nos estudos quantitativos, recolhe-se dados para comprovar as teorias ou modelos utilizados ou para verificar hipóteses (Pinto, 2009).

O tipo de investigação qualitativa tem como principal vantagem a capacidade de originar importantes hipóteses de investigação, pois serve-se de técnicas como observações minuciosas e a análise de produtos escritos, isto é, teses, composições, entre outros.

No entanto, apresenta também uma grande desvantagem, relativa à objetividade, tendo em conta que se surgirem determinados problemas na investigação, estes podem

ser uma consequência da fraca experiência do investigador, da falta de conhecimentos e até da sensibilidade por parte deste. (Pinto, 2009).

4.1.1. Entrevistas

A entrevista é uma técnica de investigação utilizada, na sua larga maioria, para recolher informações, dando a possibilidade de estabelecer contacto direto entre o entrevistador e o entrevistado. Relativamente ao conteúdo da entrevista, esse é posteriormente alvo de uma análise sistematizada (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Assim, o objetivo das entrevistas é recolher informação sobre factos, bem como recolher opiniões, atitudes e/ou comportamentos.

Desta forma, apresentam-se como características da entrevista a reformulação sistemática; a possibilidade de poder aprofundar o tema em análise; a recolha oral de informação; maior eficácia de respostas; permitir questões e respostas diversas, haver uma intenção direta; e, por último ter a oportunidade de solicitar pessoas especializadas para a entrevista (Sousa & Baptista, 2011).

No presente estudo optou-se pelo tipo de entrevista semi-estruturada, pelo facto de, num momento prévio à entrevista, ter sido construído um guião orientador das questões que se pretendem colocar durante a entrevista, possibilitando, ao mesmo tempo, alguma liberdade ao entrevistado.

4.2. Estudos de Caso

Os estudos de caso estão bastante ligados à investigação qualitativa, pois parecem herdar algumas das suas características. Tendem assim, a seguir uma lógica que vai orientando as várias etapas de recolha de dados, a análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com o intuito de provar que a finalidade da investigação é ser um estudo intensivo e de poucos casos.

Os estudos de caso têm como vantagens poderem ser aplicados a situações humanas e a contextos contemporâneos da vida real. Neste sentido, podemos definir como características desta técnica o carácter holístico, a importância de se ter previamente uma teoria, o contexto e a sua relação com a investigação e, por fim o seu carácter interpretativo sistemático (Meirinhos & Osório, 2010).

Importa referir que os estudos de caso dão a possibilidade de investigar os fenómenos no seu contexto, podendo ser utilizadas várias fontes de dados, tais como a análise documental, inquéritos ou a própria observação (Yin, 2005).

Assim sendo, os estudos de caso podem ser caracterizados pela exploração de um fenómeno único, delimitado no tempo e na ação, dando ao investigador a possibilidade de recolher de forma detalhada a informação. É, pois, um estudo intensivo e detalhado, sendo utilizado em diversas situações, tais como pesquisas no âmbito do planeamento regional, pesquisas de psicologia e sociologia, estudos de gestão e ciências políticas. É de salientar que o estudo de caso é usado neste tipo de investigações, enquanto estratégia de pesquisa. (Yin, 2005).

Importa mencionar que o estudo de caso é a técnica que permite estudar o objeto de pesquisa no seu contexto natural. Para tal, é possível recorrer a várias fontes, sejam elas qualitativas ou quantitativas.

O estudo de caso enquadra-se numa lógica de desenvolvimento de conhecimentos, que por sua vez envolve a subjetividade do investigador. Assim sendo, se se caracterizar o contexto de pesquisa pela sua complexidade e inter-relação, através de um conjunto de variáveis também elas complexas, esta pode ser uma importante estratégia a ser utilizada (Meirinhos & Osório, 2010).

Segundo Yin (2003) existem também algumas desvantagens relativamente a este tipo de estudo, tais como o facto de determinados investigadores não terem em conta o rigor necessário na elaboração deste método, tal como o período de tempo que demoram a elaborá-lo, tendo em conta a sua amplitude e as reduzidas bases que possuem para a generalização científica.

De salientar que os estudos de caso não pretendem representar uma população ou uma amostra, mas sim desenvolver teorias. Assim, quando se inicia a preparação de estudos de caso, deve ser utilizado preferencialmente vários estudos de caso do que apenas um estudo.

Uma vez que os estudos de caso têm um carácter qualitativo e descritivo, alguns dos dados recolhidos para o presente estudo foram obtidos através da análise documental dos processos das jovens, uma vez que estes contêm informações pertinentes relativamente ao seu percurso de vida e ao desenvolvimento de competências que levaram à sua autonomização.

4.2.1. Análise Documental

No presente estudo, optou-se por utilizar a análise documental como método de obtenção de informação relevante, no sentido de se poder avaliar o fenómeno de autonomização das jovens, que viveram longos períodos em Acolhimento Residencial.

Na prática, esta técnica manifestou-se no uso de documentos internos, tais como relatórios sociais, uma vez que estes são os meios, com os quais nos é possível compreender o percurso de vida destas jovens, qual o seu projeto de vida e o modo como este foi desenvolvido em cada uma das jovens quando institucionalizadas.

4.3. Universo do Estudo

Na Casa de Acolhimento onde realizámos o estudo, foi-nos possível aceder ao Gabinete de Apoio para a Autonomização (GAPA), criado e estruturado pelo Centro de Promoção Juvenil, dirigido a jovens que já tivessem cessado a sua medida de promoção e proteção.

O GAPA colabora com todas as jovens que já tenham cessado o seu acolhimento no Centro de Promoção Juvenil, tendo como objetivos estratégicos a criação de um atendimento formal e individual a ex-educandas; a criação de uma rede de apoio no pós-saída; e permitir uma visão de continuidade e uma maior segurança no processo de saída.

Deste modo, o GAPA realiza atendimentos personalizados para que seja possível avaliar as necessidades imediatas. Após serem identificadas as necessidades, o gabinete de apoio auxilia nas mais diversas áreas: ajuda na realização do *Curriculum Vitae*; treina competências sociais com vista à empregabilidade; ajuda na candidatura a apoios sociais (financeiros, emprego, formação, etc); colabora na procura ativa de emprego; colabora na procura de habitação; e, contacta algumas entidades para que seja possível estabelecer algumas parcerias.

Assim sendo, importa salientar que quando uma educanda cessa a sua medida é proposto pela Casa de Acolhimento um acompanhamento através do GAPA. Desta forma, quando as jovens sentem uma maior dificuldade em conseguir atingir determinado objetivo de vida ou quanto necessitam de algum conselho, recorrem ao GAPA.

Contudo, não recorrem apenas as jovens que tenham cessado a sua medida no presente ano, mas também aquelas que cessaram a sua medida nesta Casa de Acolhimento há vários anos, não perdendo assim os laços que se criaram.

É de salientar que foi com a ajuda do GAPA que nos foi possível encontrar jovens que tivessem sido acolhidas no Centro de Promoção Juvenil e analisar as suas trajetórias de vida. De referir que o GAPA acompanha não só jovens que se deslocam à instituição presencialmente, mas também jovens que se encontram fora do país e recorrem ao mesmo sempre que necessitam.

De entre as 18 jovens acompanhadas atualmente pelo GAPA, apenas a 5 foi possível realizar a entrevista.

Inicialmente foi realizada uma consulta exploratória dos processos destas 18 jovens acolhidas pelo Centro de Promoção Juvenil, o que nos permitiu elaborar uma lista de 5 possíveis participantes, tendo em conta os critérios definidos para o estudo:

- Jovens/adultos;
- Sexo feminino;
- Com experiência de vida nas suas famílias de origem, anteriormente ao seu acolhimento;
- Acolhimento institucional durante a sua infância/adolescência;
- Com um período de institucionalização mínimo 5 anos;
- Com uma experiência de vivência pós-institucional mínima de 2 anos e máxima de 6 anos;

Uma vez que o nosso estudo não se restringia apenas às jovens que integrassem o GAPA, foi-nos possível realizar mais duas entrevistas a jovens que contactam os técnicos da instituição ou frequentam a instituição de forma pontual e com o objetivo de realizarem uma visita. Uma vez que estas jovens correspondiam a todos os critérios exigidos no estudo, realizou-se as entrevistas que foram incluídas na investigação.

Neste sentido, e devido aos critérios definidos, os casos selecionados neste estudo foram as 7 jovens que cumpriam os critérios traçados, com idades compreendidas entre os 21 e os 27 anos. Neste seguimento, foram aplicadas entrevistas com o objetivo de perceber em que sentido as suas condições de vida atuais foram influenciadas pela passagem por uma instituição de acolhimento, e se o período em que saíram está intimamente relacionado com algum fator que possa ter delineado as suas condições de vida atuais.

Na Tabela seguinte será realizada uma caracterização sociodemográfica dos casos selecionados para o estudo.

Nomes	Idades	Escolaridade	Idades à data do acolhimento	Profissão
J1	27	12º ano	7	Auxiliar de Ação Educativa
J2	26	12º ano	6	Auxiliar de Ação Educativa
J3	24	9º ano	10	Empregada de Limpeza
J4	23	12º ano	15	Animadora Sociocultural
J5	23	9º ano	10	Serviços Gerais
J6	21	9º ano	13	Empregada de mesa/bar
J7	23	6º ano	11	Desempregada

Tabela 3 – Caracterização sociodemográfica dos casos estudados

Capítulo 5 – Apresentação dos Casos

Uma outra vertente deste estudo diz respeito aos estudos de caso. Estes foram desenvolvidos através de várias vertentes, sendo elas a análise dos relatórios sociais individuais, projetos de vida das jovens e, por fim através da realização das entrevistas.

Assim, em análise estão os 7 casos das jovens selecionadas para o estudo. De referir que estas jovens tiveram delineado como projeto de vida a autonomização, sendo esse o principal aspeto que vamos descrever de seguida, com o intuito de se perceber o que foi desenvolvido ao longo dos anos com estas jovens na instituição que as acolheu.

J1

A J1 tem atualmente 27 anos, é natural de Lisboa e teve como projeto de vida a autonomização, uma vez que não se perspectivavam as condições necessárias para que pudesse retornar à sua família, estando assim ao abrigo de um processo de promoção e proteção até cessar o acolhimento.

A jovem foi acolhida com apenas 7 anos de idade, por ter sido vítima de maus-tratos físicos e psicológicos por parte do progenitor e por a sua situação familiar se mostrar altamente instável.

No início do acolhimento a jovem sempre se mostrou muito reservada, com dificuldade na expressão afetiva a par de uma falta de confiança nos adultos. Ao longo dos anos e no início da adolescência, a jovem começou a demonstrar um comportamento mais instável, pautado por não cumprimento das normas e regras, comportamento de oposição e algumas fugas pontuais, bem como alguma agressividade para com os adultos e pares. Estes comportamentos, segundo o psicólogo que acompanhou o caso, poderiam estar relacionados com a dificuldade que esta tinha em pensar o seu sofrimento, com os sentimentos de insegurança e abandono.

Relativamente ao estabelecimento de relações, verificavam-se relações de grande proximidade com os pares, contudo o mesmo já não se verificava com os adultos, tendo tendência a ter uma atitude desafiadora e agressiva, com o intuito de os afastar.

Uma vez que deixou de ter qualquer tipo de contacto/relação com o progenitor e não existindo família alargada que lhe pudesse prestar apoio, foi delineado para o projeto de vida da jovem a autonomização.

No sentido de se promover a autonomia, foi elaborado um projeto de promoção de autonomia, em conjunto com a jovem, onde foram identificadas as suas capacidades,

dificuldades e necessidades, com o intuito de se poder desenvolver um programa adequado às suas características. De referir que esta preparação para a autonomia de vida foi realizada com bastante antecedência, ao momento da sua saída.

O projeto de promoção de autonomia era composto por sete objetivos principais, sendo eles: - Organização e gestão financeira – é atribuído um *plafond* mensal para a compra de produtos de higiene; ao sábado, em conjunto com o seu educador de referência, a jovem faz as compras dos alimentos para confeccionar as refeições (esta atividade realiza-se apenas uma vez por mês); há o compromisso de depositar uma quantia fixa mensalmente, proveniente da mesada, ou de um futuro ordenado; e por fim, treinar os pagamentos em multibanco;

- Gestão escolar - a jovem deve ser responsável pelo seu estudo e pela frequência nas salas de estudos. Deve ser assídua e pontual;

- Gestão do tempo – deve ser a jovem a responsabilizar-se pelo seu horário, não sendo necessária a supervisão de um adulto;

- Relações interpessoais - desenvolvimento de competências de cooperação; aperfeiçoar a comunicação com o outro; melhorar o relacionamento com os pares e adultos; melhorar a impulsividade e o autocontrolo; arranjar recursos para a resolução de conflitos; e por fim discutir os problemas encontrados, quinzenalmente com o seu educador de referência e a psicóloga da instituição;

- Saúde e higiene - melhorar questões de higiene pessoal; organização do espaço; escolher alimentos saudáveis para a confeção das refeições; e lavar e engomar a sua própria roupa;

- Procura ativa de emprego - entrega ou envio de currículos regularmente; procura ativa de ofertas de emprego, tanto em jornais, como em sites aptos para o efeito;

- Criação de redes de suporte no exterior - a jovem deve ser responsável por se inscrever em associações de apoio à comunidade no exterior e ser responsável pela marcação das suas próprias consultas.

Importar mencionar que a jovem cessou o seu acolhimento aos 21 anos.

J2

A J2 tem atualmente 26 anos, é natural da Guiné-Bissau, contudo encontra-se a residir em Lisboa. Foi acolhida com 6 anos de idade, devido à falta de supervisão por parte da progenitora, estando muitas vezes entregue a só própria.

Quando deu entrada na Casa de Acolhimento teve sempre presente o apoio da progenitora que a contactava e visitava com regularidade. Apesar de ser uma criança, a J2 percebeu os motivos pelo qual não podia estar junto da família, tendo-se adaptado bastante bem às rotinas e normas da Casa.

A jovem foi sendo caracterizada como afetuosa, muito dada à relação, tendo estabelecido relações de proximidade tanto com os pares como com os adultos. Importa mencionar que apesar do enunciado anteriormente, com a adolescência, a J2 foi-se mostrando uma pessoa mais rebelde.

Apesar de ter a progenitora sempre bastante presente na sua vida, esta primeira não reunia as condições necessárias para que a jovem pudesse retornar ao seu agregado. Assim, foi delineado também para a J2 um projeto de preparação da autonomia, com os seguintes objetivos: relações interpessoais, organização e gestão financeira, gestão escolar, gestão do tempo, saúde e higiene, procura ativa de emprego, e criação de redes de suporte no exterior.

De salientar que a jovem durante o período em que o projeto estava a ser desenvolvido, beneficiou de um quarto individual, na instituição.

A J2 cessou o seu acolhimento aos 21 anos.

J3

A J3 tem atualmente 24 anos e é uma jovem natural do Concelho da Amadora, tendo tido delineado para o seu projeto de vida a autonomização.

A J3 foi acolhida na Casa de Acolhimento com 10 anos de idade, devido a dificuldades económicas e instabilidade parental.

A J3 provém de uma fratria de cinco irmãos, sendo que uma das suas irmãs estava também acolhida no Centro de Promoção Juvenil. Ao longo do acolhimento, a sua relação com os progenitores foi sofrendo algumas alterações, tendo este facto causado grande instabilidade na jovem. Inicialmente, a progenitora começou a realizar visitas às irmãs, no entanto adotou sempre uma postura de grande distanciamento e frieza, até se ter verificado um corte na relação.

Relativamente ao progenitor, este sempre revelou uma maior preocupação para com as filhas, contudo, a relação foi-se desgastando a partir do momento em que este começou a alcoolizar-se e aquando dos contactos com as filhas revelava alterações

significativas quer no discurso, quer no comportamento. A J3 e a sua irmã, acolhidas na mesma instituição, decidiram afastar-se por uns tempos do pai.

Apesar desta rutura na relação entre pai/filhas ter sido bastante difícil inicialmente, pelo facto de existir uma forte ligação entre ambos, mais tarde, os contactos foram retomados, uma vez que o progenitor já se encontrava mais estável.

A j3 era caraterizada por ser pouco introvertida no primeiro contacto e com algumas dificuldades no que respeita à tolerância, à frustração. Na relação com o outro, tinha facilidade em estabelecer relações de proximidade com os pares, contudo o mesmo já não se verificava com os adultos, tendo tendência para o afastamento.

Quanto ao nível emocional, a J3 tinha algumas dificuldades em verbalizar o que sentia, fundamentalmente quando dizia respeito a questões familiares.

Não havendo possibilidade da J3 reintegrar o seu agregado familiar, era necessário que a mesma treinasse a sua autonomia, tendo assim sido elaborado um projeto de promoção de autonomia.

O projeto de promoção de autonomia da J3 continha os seguintes objetivos: relações interpessoais, organização e gestão financeira, gestão escolar, gestão do tempo, saúde e higiene, procura ativa de emprego, e criação de redes de suporte no exterior.

De referir que a jovem cessou a sua medida de promoção e proteção aos 20 anos.

J4

A J4 tem atualmente 23 anos, é casada e tem uma filha. É natural da Guiné e teve como projeto de vida a autonomização, uma vez que não se perspectivavam as condições necessárias para que esta pudesse retornar à sua família.

A jovem veio para Portugal na sequência de uma doença cardíaca grave, tendo ficado à responsabilidade do seu progenitor, que não conhecera anteriormente, pelo facto de se ter separado da progenitora antes do nascimento da filha.

A relação pai/filha sempre se pautou por muitas fragilidades e por ser bastante difícil, sofrendo a jovem por parte deste primeiro de maus-tratos físicos e psicológicos.

Quando a jovem dá entrada na Casa de Acolhimento carateriza o pai como uma pessoa estranha e dependente do álcool. Referiu também que o pai a maltratava e não tinha quaisquer cuidados com a jovem, em termos médicos, sendo também este um dos motivos pelo qual foi acolhida.

Durante o período que esteve institucionalizada a jovem não manteve contacto com o pai, contudo manteve contactos com a mãe que continuava a residir na Guiné.

A jovem era caracterizada como uma pessoa responsável e empenhada, tendo sempre bem traçado os seus objetivos de vida e interesses. Ao nível cognitivo era uma jovem com grandes capacidades, demonstrando sempre grande interesse e empenho pela escola. Embora se pudesse caracterizar desta forma, tinha uma grande carência afetiva, devido à ausência familiar.

Devido à sua entrada tardia na escola e chegada a idade de cessar o seu acolhimento, a jovem iniciou a procura ativa de emprego, ao mesmo tempo que continuava a estudar, com o objetivo de ter um meio de sustento aquando da sua saída.

Tendo em conta o projeto de vida da jovem, foi então delineado um treino de competências adequado às suas necessidades e características, baseando-se estes objetivos na saúde e higiene, relações interpessoais, organização e gestão financeira; gestão do tempo; gestão escolar e criação de redes de suporte do exterior.

É importante referir que a J4 tinha um quarto individual, na Casa de Acolhimento. Esta é uma das formas implementadas para fomentar a aquisição de competências em termos da organização e responsabilidade pelo seu próprio espaço.

A jovem cessou o seu acolhimento aos 21 anos, idade limite para cessar o acolhimento.

J5

A J5 tem atualmente 23 anos e é natural do Peso da Régua, tendo também tido delineado como projeto de vida a autonomização.

A jovem foi acolhida no Centro de Promoção Juvenil aos 10 anos de idade, tendo sido esta a sua única experiência de acolhimento.

Os motivos que levaram ao seu acolhimento prendem-se com perturbações mentais por parte do progenitor e falta de condições habitacionais. Apesar de ter deixado de ter contactos com o progenitor quando foi acolhida, não deixou de ter contactos com a progenitora.

Relativamente ao estabelecimento de relações, com os pares a jovem não tinha relações de grande proximidade, mostrando-se sempre muito reservada. Quanto à relação com os adultos, esta tinha relações de grande proximidade com a sua maioria.

Em termos cognitivos, a jovem tinha algumas dificuldades, no entanto na escola mostrava-se sempre bastante empenhada e interessada, tendo deste modo concluído o 9º ano de escolaridade no curso de operadora de informática.

Uma vez que o projeto de vida da J5 estava direcionado para a autonomização, foi também realizado um projeto de promoção da autonomia para a mesma. Contudo, cerca dos 19 anos a jovem começou a manifestar vontade de cessar o seu acolhimento, tendo os Técnicos focado a sua intervenção no projeto de promoção de autonomia.

O projeto tinha, assim, como intenção promover as capacidades e ultrapassar as dificuldades da jovem, tendo assim como objetivos: organização e gestão financeira; gestão do tempo; relações interpessoais; saúde e higiene; criação de redes de suporte no exterior; e procura ativa de emprego.

A jovem cessou o seu acolhimento aos 20 anos.

J6

A J6 tem atualmente 21 anos de idade e é natural da Região Autónoma da Madeira, no entanto a sua residência atual fixa-se em Lisboa.

A jovem foi acolhida aos 13 anos de idade por vários motivos, sendo eles a situação familiar instável, abandono por parte da progenitora e relação conflituosa com as tias paternas de referência.

A J6 apresentava uma grande imaturidade psicoafectiva muito relacionada com o seu historial, repetitivo, de abandono. Caracterizava-se como uma jovem com grande carência afetiva, apresentando também algumas limitações ao nível cognitivo.

Segundo o psicólogo que acompanhava o caso, a jovem tinha uma estrutura tendencialmente depressiva, revelando-se na falta de interesses e na falta de objetivos de vida.

Uma vez que a J6 apresentava algumas limitações e sendo que no momento pretendia ficar, apenas com o 9º ano de escolaridade, foi iniciada por esta, a procura ativa de emprego bem como uma formação direcionada para a gestão doméstica.

Todavia, à semelhança do que havia acontecido em contexto escolar, havia falta de empenho e pouca determinação.

No que respeita à procura ativa de emprego, a jovem também apresentava grande dificuldade em assumir uma atitude proactiva.

No sentido de se promover a autonomia desta jovem, a instituição alugou um quarto, fora do espaço do Centro de Promoção Juvenil, no sentido de se poder trabalhar a autonomia de forma plena. Embora o quarto fosse num espaço exterior à Casa de Acolhimento, a jovem tinha de se dirigir todos os dias à mesma, a fim de confeccionar as suas refeições, lavar a roupa e engomá-la.

Relativamente aos objetivos do projeto delineado para a jovem, prendem-se com os já enunciados nos projetos das outras jovens.

A jovem cessou a sua medida com 19 anos.

J7

A J7 tem atualmente 23 anos, é natural da Bélgica e encontra-se a residir em França. A jovem vive em União de Facto e tem um filho.

A jovem foi acolhida com 11 anos devido à falta de condições habitacionais, falta de supervisão e negligência parental.

O seu acolhimento caracterizou-se por uma grande revolta e carência afetiva que se revelaram ao longo das suas ações e na falta de interesse e objetivos que traçava para a sua vida.

Contudo, ao longo dos 9 anos de acolhimento foi possível ir colmatando algumas carências e ir trabalhando o projeto de autonomia com a mesma. No projeto foram incluídos objetivos como: organização e gestão financeira; gestão do tempo; relações interpessoais; saúde e higiene; criação de redes de suporte no exterior; e procura ativa de emprego.

A jovem cessou o seu acolhimento aos 20 anos.

Importa salientar que os processos de autonomização dos jovens vão-se desenvolvendo de diversas formas, tendo em conta as características e motivações de cada uma, tendo sempre presente que cada caso é único.

É possível também verificar que existem muitos pontos em comum nos projetos das jovens, uma vez que estes projetos têm objetivos idênticos e, por vezes até mesmo iguais. No entanto a forma de trabalhar esses projetos vai variando de jovem para jovem, consoante as suas capacidades e necessidade, adequando-se o projeto a cada uma delas.

Por último, apenas salientar que por vezes, estes projetos, são um desafio mesmo para a própria instituição, devido ao facto de não existirem meios necessários e adequados para o desenvolvimento destas competências.

Capítulo 6 – Caraterização dos casos

No presente capítulo irão ser analisados todos os dados recolhidos através da análise documental e métodos qualitativos, isto é, entrevistas realizadas às ex-educandas do Centro de Promoção Juvenil. Estes dados têm assim como objetivo responder aos objetivos anteriormente definidos na metodologia.

Assim sendo, iremos iniciar a análise dos dados a partir da caraterização dos casos estudados, complementando-os com outros dados obtidos através das entrevistas e também através da análise realizada aos processos das jovens.

6.1. Caraterização dos casos estudados

No momento inicial da realização das entrevistas, estavam inseridas no Gabinete de Apoio para a Autonomização (GAPA) 18 ex-educandas. A amostra do estudo apenas teve em consideração 5 jovens integradas no GAPA, uma vez que após se ter realizado uma consulta exploratória dos processos individuais, das 18 jovens integradas, apenas 5 cumpriam os critérios definidos para o estudo.

Contudo, é de salientar, que determinadas jovens recorrem ao Centro de Promoção Juvenil (CPJ) não só com o intuito de solicitar ajuda, mas também com o objetivo de visitarem técnicos e os demais funcionários. Devido a este facto, foi-nos possível realizar mais duas entrevistas (tendo em conta que cumpriam os critérios definidos). Por fim, importa sublinhar que a maioria das jovens integradas no GAPA cessaram a sua medida de promoção e proteção há menos de um ano, não sendo assim possível realizar entrevistas às mesmas.

Relativamente aos casos estudados, constata-se a predominância de educandas na faixa etária dos 6 aos 15 anos, no que diz respeito às idades à data do acolhimento. A faixa etária, apresentada anteriormente, está bastante relacionada com a faixa etária em que mais se acolhem crianças e jovens no Centro de Promoção Juvenil, uma vez que os 15 anos são a idade limite para se admitir uma jovem na Casa de Acolhimento referida.

Constatou-se também, através das idades à data do acolhimento e das idades à data da cessação, que as jovens passaram a fase da adolescência na Casa de Acolhimento. Tal facto é visível na maioria das Casas de Acolhimento, pois segundo o Instituto da Segurança Social (2010), a maioria dos jovens institucionalizados está na adolescência.

Atualmente, e tendo em conta os casos estudados, as jovens inserem-se na faixa etária dos 21-27 anos. Tendo em conta que as entrevistadas tinham delineado no seu projeto de vida a autonomização, tal facto faz-nos verificar que as entrevistadas cessaram a sua medida entre a faixa etária dos 18-21 anos. Considerando os 21 anos como a idade limite para se poder beneficiar de uma medida de promoção e proteção em Acolhimento Residencial, é visível, que na sua maioria, as jovens apenas cessaram a medida na idade limite. De referir, que apenas uma das entrevistadas cessou a medida pela qual estava abrangida mais precocemente (19 anos).

Estes resultados fazem-nos crer que não existe, fora da instituição, uma rede social e familiar estável que possa acolher estas jovens logo após terem atingido a maioridade. De referir, que nos foi possível constatar que a maioria das jovens tinha como objetivo cessar a sua medida no limite da idade para concretizarem determinados objetivos, maioritariamente ao nível escolar e profissional, isto é, conseguirem concluir o curso ou a escolaridade mínima obrigatória e encontrarem um emprego para que, quando saíssem da Casa de Acolhimento, pudessem ter uma integração e socialização seguras.

Ao nível escolar, a maioria das jovens atingiu a escolaridade mínima obrigatória, contudo é possível verificar, através das entrevistas e da consulta de processos, que as jovens concluíram a escolaridade mais tardiamente. Todavia, para que tal fosse possível, a Casa de Acolhimento em conjunto com as jovens, foram recorrendo a programas curriculares alternativos para que assim fosse possível que as jovens concluíssem o 9º/12º ano. De salientar que parte destes insucessos escolares estão intimamente relacionados, não só a traumas vivenciados no passado, como também à fraca adaptação à comunidade escolar (Instituto da Segurança Social, 2010).

Embora estas jovens tenham tido algum insucesso escolar durante a sua escolaridade, sendo este um elemento caracterizador dos jovens institucionalizados (Instituto da Segurança Social, 2010), é de destacar o facto de, no presente, as entrevistadas estarem na sua maioria a trabalhar. Apenas uma das entrevistadas se encontra em situação de desemprego, sendo também a jovem que tem qualificações mais baixas.

Tal como é referido na literatura, o Centro de Promoção Juvenil acolhe crianças e jovens, não só vindas de bairros periféricos da cidade de Lisboa e de outras cidades do país, como também crianças e jovens provenientes de países africanos. Neste sentido, é importante mencionar que tal se constata nas jovens entrevistadas, pois também estas são provenientes de países africanos, bem como da cidade de Lisboa e de outras zonas do país. De referir, que apenas uma é natural da Bélgica, no entanto quando foi acolhida a sua residência fixava-se em Lisboa.

Sendo o acolhimento de longa duração caracterizado por uma situação em que a criança ou jovem permanece em acolhimento num tempo igual ou superior a 5 anos, verifica-se, que o acolhimento das jovens entrevistadas é caracterizado como acolhimento de longa duração, uma vez que a duração do mesmo variou entre os 6 e os 15 anos de acolhimento.

Fernandes & Silva (1996) consideram que, quando uma criança ou jovem integram uma Casa de Acolhimento, a intervenção realizada deve ser feita em parceria com a comunidade, escola e família, com o objetivo de se minimizar a duração do acolhimento. Assim, tendo em conta o Superior Interesse da criança ou jovem, a Casa de Acolhimento deverá realizar uma intervenção, tanto ao nível dos planos individuais, como na definição do projeto de vida. No entanto, no âmbito da intervenção, se se verificarem condições de segurança na família de origem, o projeto de vida da criança ou jovem é direcionado para a reintegração familiar. Contudo se não se verificarem alterações na família, e se se continuarem a verificar situações de perigo para a criança ou jovem acolhido, não sendo possível a reintegração da criança ou jovem na família, o projeto de vida desta será alterado para autonomização de vida (Alves, 2007).

Apesar de a intervenção estar cada vez mais direcionada para a reintegração da criança ou jovem na família de origem, os dados dos casos estudados em concordância com os dados disponibilizados pelo C.A.S.A, mostram-nos que existem ainda determinados constrangimentos na intervenção que se faz com as famílias. Embora se verifiquem algumas melhorias ao longo dos anos, ainda não é o desejável, pois continua a verificar-se diversos casos de acolhimento de longa duração.

Assim sendo, podemos concluir que se a intervenção com as famílias não for adequada (sendo que cada caso é um caso), eficaz e célebre, e se as famílias não cooperarem com a intervenção, vamos deparar-nos com a permanência destas jovens nas instituições até que estas atinjam a sua maioridade ou até que chegue a idade limite da cessação do acolhimento. Tal facto é verificado nos casos estudados, em que na sua

larga maioria as jovens apenas cessaram o acolhimento aquando do limite de idade da cessação.

Relativamente à transição efetuada pelas jovens entrevistadas (isto é cessação do acolhimento), é de referir que na sua maioria as jovens regressaram à sua família de origem. Apenas 3 dos 7 casos estudados fez um percurso diferente, procurando melhores condições de vida, saindo mesmo do país.

6.2. Análise das entrevistas

No que diz respeito às entrevistas realizadas às jovens que já cessaram a sua medida de promoção e proteção, estas permitiram-nos analisar as experiências da institucionalização no decorrer da sua infância e/ou adolescência e, por fim, perceber a sua opinião acerca da influência que as experiências na Casa de Acolhimento exerceram nos percursos e condições de vida atuais.

Tendo em conta que todas as jovens da nossa amostra já atingiram a maioridade, e uma vez que já estão afastadas da instituição e de tudo o que a envolve, as entrevistas iniciaram-se pelo seu percurso enquanto institucionalizadas e, só posteriormente, se abordou a fase de vida das jovens no pós-institucionalização, no sentido de se conseguir perceber todo o percurso.

Percurso de Institucionalização

As crianças ou jovens abrangidos pela medida de promoção e proteção, de Acolhimento Residencial, devem integrar um número reduzido de instituições, pois se tal não acontecer irá comprometer tanto a socialização, como a criação de laços afetivos ou relações privilegiadas nestes. Se tal não acontecer, será cada vez mais difícil a adaptação destes ao meio envolvente (Instituto da Segurança Social, 2003).

Das jovens entrevistadas apenas quatro integraram apenas uma instituição, sendo ela o Centro de Promoção Juvenil. Duas das entrevistadas, inicialmente integraram uma Casa de Acolhimento de Emergência e só passados 6 meses a 1 ano é que foram transferidas para o Centro de Promoção Juvenil, instituição que as acolheu até cessarem a sua medida de promoção e proteção.

Das 7 entrevistadas, uma delas integrou uma outra Casa de Acolhimento além do Centro de Promoção Juvenil, tendo sido transferida pelo facto do seu projeto de vida não poder ser concretizado nessa primeira instituição.

Neste seguimento, e tendo em conta o exposto anteriormente, o desejável seria que as crianças ou jovens acolhidos integrassem apenas uma Casa de Acolhimento, no sentido de se poder realizar uma intervenção mais eficaz e com um carácter mais prolongado por parte dos técnicos. Por seu lado, para que a intervenção tenha efeito na criança ou jovem, é necessária a criação de uma relação de proximidade e confiança com o técnico (Instituto da Segurança Social, 2003).

Assim sendo, apenas uma das entrevistadas referiu ter uma relação bastante complicada com os técnicos, no entanto na sua maioria as jovens entrevistadas mencionaram ter uma relação saudável com os técnicos que as acompanhavam.

Contudo, as jovens também salientaram que apesar de considerarem existir uma relação saudável com os técnicos, por vezes também existiam situações de conflito entre os mesmos.

“Acho que era boa, eu gostava muito dos técnicos, mesmo não mostrando”

(J7, 23 anos)

“Muito Complicada”

(J1, 27 anos)

Quando solicitado às jovens para se caracterizarem quando se deu a entrada destas na instituição, a maioria das entrevistadas referem que eram crianças bastante revoltadas com a sua vida, no entanto com o decorrer dos anos e com o facto de se começarem a sentir parte integrante da instituição, a maneira destas pensarem começou a modificar-se, pois sentiam-se amadas e protegidas.

Com o decorrer do acolhimento, as jovens referem que foram aceitando melhor a sua permanência na instituição, a partir do momento em que perceberam, que na Casa de Acolhimento, não passavam as dificuldades por que tinham passado quando estavam na casa dos seus progenitores. Mencionam, ainda, que foi este o motivo que provocou a mudança das mesmas. Esta mudança deu-se tanto ao nível pessoal como relacional.

É de salientar, o facto de as entrevistadas reconhecerem que foi através de aspetos positivos e negativos, da vivência em instituição, que foi possível ocorrer uma mudança nas mesmas.

“Antes de entrar não me lembro. Depois caracterizava-me como uma criança feliz e saudável. Como entrei muito nova não tenho a certeza em relação à maneira de ser, mas a maneira de encarar a vida, sim essa mudou. O que provocou a mudança foi a segurança e proteção que tinha, saber que tinha alguém que cuidaria de mim.”

(J1, 27 anos)

“Bem, estava bem quando entrei. Eu entrei mais por uma melhor educação, não por necessidades e etc. A mãe trabalhava muito na altura e muitas vezes não tinha com quem ficar. Foi bom ter vindo para uma instituição naquela altura, pois hoje vejo que só me fez bem enquanto pessoa, vejo isso no meu dia-a-dia.”

(J2, 26 anos)

Relativamente aos sentimentos dominantes aquando da entrada numa instituição de acolhimento e durante todo o percurso que a jovem tem de fazer até à cessação, todas as entrevistadas identificaram sentimentos como a tristeza, solidão, revolta, desilusão e mágoa. Identificaram estes sentimentos, pelo facto de se encontrarem num contexto completamente diferente àquele que estavam habituadas, na casa dos seus progenitores.

Desta análise são identificados vários sentimentos associados à chegada, predominando o sentimento de tristeza, significando que esta fase inicial/entrada na instituição está muito presente na memória destas jovens, constituindo-se uma fase bastante significativa no seu percurso de vida.

É, ainda evidente, o impacto emocional que todas as entrevistadas sentiram à chegada, apesar de se identificar de maneiras diferentes, isto é, pela forma como foi realizado o afastamento à sua família de origem, pela perda de algumas figuras de referência, assim como pelas dificuldades a que foram expostas quando tiveram o primeiro contacto com a instituição e a adaptação a um novo contexto de vida. Este contexto, inicialmente desconhecido, comporta normas e regras totalmente diferentes às da sua família de origem. Assim, podemos constatar que a imagem que estas jovens têm de si próprias no período inicial do acolhimento é, fundamentalmente negativa.

De referir que estes sentimentos se foram alterando, à medida que as jovens se foram adaptando ao contexto e foram reconhecendo os aspetos positivos da institucionalização.

Contudo, umas referem que ao longo do tempo se foram adaptando às regras e normas da casa e que com a ajuda das outras educandas era mais fácil colmatar estes

sentimentos. Outras referem que não tiveram quaisquer dificuldades em adaptar-se à Casa.

Importa referir que ao longo do acolhimento, as entrevistadas iam-se sentindo cada vez mais em casa, vendo a instituição como a sua casa. As jovens referem, ainda, que se sentiam muito seguras na instituição que as acolheu, pois conseguiam ter estabilidade emocional.

Relativamente aos sentimentos no momento da cessação do acolhimento, as entrevistadas referiram que se sentiram livres, adultas e que daí em diante teriam de ser elas próprias a gerir as suas vidas da melhor forma que conseguiam, sabendo ultrapassar todos os obstáculos. Neste momento, as jovens percebem que houve uma mudança nas suas vidas, e que nesta nova fase têm de ser elas responsáveis por si próprias.

Neste seguimento, é importante realçar também a razão pelo qual as jovens nutrem sentimentos como a liberdade e responsabilidade. Tal acontece porque desde o momento da cessação do acolhimento, as jovens não têm de cumprir com as regras e normas estipuladas pela Casa de Acolhimento. Assim sendo, e embora o projeto de vida das jovens seja de acordo com os interesses destas, por vezes estas não tencionam cumpri-lo. Assim, quando cessam o acolhimento, estas têm apenas que cumprir os seus objetivos de vida, num momento escolhido por estas, não tendo assim um período de tempo para o cumprir (tal como se tivessem na Casa de Acolhimento).

É também interessante perceber que as entrevistadas reconhecem que põem em prática, nas suas vidas atuais, determinados ensinamentos que lhes foram transmitidos enquanto estavam acolhidas.

“Quando saí de lá foi uma mudança radical, já não estava habituada a ter que fazer tudo por mim, mas sim fui-me adaptando à sociedade sozinha e agora uso tudo o que me foi ensinado no dia-a-dia e senti-me uma mulher independente, com atitude para encarar a vida seja como for.”

(J3, 24 anos)

“Sim, lembro-me perfeitamente que estava muito revoltada no primeiro dia, fui-me sentindo desprotegida, sozinha, com falta dos pais. E sim, tive muitas dificuldades em adaptar-me. Quando saí senti-me finalmente livre mas ao mesmo tempo um pouco perdida, sem saber o que fazer e com algum arrependimento.”

(J7, 23 anos)

Quanto ao motivo do acolhimento, verificámos que, maioritariamente se destacam a situação familiar instável e a falta de condições habitacionais, entre outros fatores de risco, como sejam dificuldades económicas, negligência parental, entregue a si próprio/abandono e maus-tratos físicos e psicológicos.

De salientar, que em todos os casos, existe sempre mais do que um fator de risco, ou seja, são vários os motivos que levaram aquela criança ou jovem ao acolhimento e não apenas um.

Face ao exposto, e atendendo ao facto de existir mais do que um fator de risco em cada jovem, é possível identificar nestes casos características das famílias multiproblemáticas. Estas famílias distinguem-se pela presença de vários sintomas graves, que persistem ao longo do tempo e com grande intensidade (Sousa, 2005).

Ao longo do tempo, estas famílias foram sendo designadas como famílias suborganizadas, isoladas, associativas, excluídas e desmembradas (Sousa, 2005).

De referir, que são identificadas por terem um estilo relacional e, por terem sérios problemas graves que tendem a afetar um número considerável e indeterminado de membros, variando estes em qualidade como em quantidade, dentro de vastos limites (Linares, 1997; Alarcão, 2000).

Assim, é possível reconhecer dentro destas famílias, um amplo conjunto de problemas, sendo eles os maus-tratos, toxicodependência, delinquência, prostituição, insucesso escolar, violência, depressões, entre outros.

Porém, não podemos considerar que estas sejam famílias que vivem um período meramente situacional, uma vez que estes vão apresentando uma história patológica, com uma grande quantidade de exemplos de instabilidade profissional e familiar, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares múltiplas, funcionamento interpessoal muitíssimo afetado e, vários tratamentos falhados (Weizman, 1985).

No sentido de se analisar o percurso institucional, foi questionado às jovens como é que estas explicam a forma como conseguiram enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas, se sentiram dificuldades. Nesta matéria as jovens referiram ter algumas dificuldades em ultrapassar certas situações, no entanto se umas preferiam ficar isoladas e tentar ultrapassar as situações sozinhas, outras referem que partilhavam as suas angústias ou com as outras jovens da instituição ou com os técnicos

da mesma, no sentido de serem aconselhadas para conseguirem ultrapassar essa mesma situação.

Contudo, é possível observar que existia muita entreajuda entre as educandas, sendo este o meio mais facilitador para as jovens conseguirem ultrapassar determinada situação. No entanto, existe ainda uma das entrevistadas que não se recorda de ter sentido qualquer dificuldade.

Neste contexto, é importante salientar o facto da socialização entre os jovens ser um aspeto fulcral.

Neste seguimento, é importante referir o processo de socialização de uma criança ou jovem, pois está intimamente relacionado com a autonomia. Este processo inicia-se nos primeiros anos de vida, sendo contínuo ao longo da vida de um indivíduo. Está associado a uma componente comportamental e emocional, que se vai refletindo, tanto nas pequenas ações do dia-a-dia, como nas grandes decisões que o indivíduo pode tomar ao longo da vida, alterando desta forma o rumo da sua vida (Vicente, 2009).

Assim sendo, podemos constatar que o processo de socialização é bastante importante, sendo com o grupo de pares que o jovem vai estabelecendo relações de solidariedade e cooperação, desenvolvendo sentimentos de reciprocidade, e onde adquire sentimentos de identidade social, independência e autonomia nos mais variados níveis (Reichert, 2007).

“Com a ajuda dos técnicos e das utentes da instituição.”

(J5, 23 anos)

“Com as minhas irmãs de coração, partilhávamos ideias juntas, portanto era mais fácil por vezes falarmos entre nós do que com as doutoras.”

(J3, 24 anos)

Atendendo às respostas dadas pelas entrevistadas relativamente a esta última questão, importa mencionar que apesar de por vezes existir a perceção de que os relacionamentos interpessoais são o mecanismo para uma melhor adaptação ao acolhimento, é preciso ter em conta que este processo não se dá em todos os casos, ou não é assim tão simples em todos os casos, uma vez que estas jovens reconhecem algumas características pessoais que tendem a dificultar ou a interferir na forma como se relacionam com os demais.

No entanto, é importante que exista alguma qualidade nas relações interpessoais no dia-a-dia das instituições, não só entre as educandas e os seus pares como também entre

todos os agentes que intervêm em contexto institucional e com parceiros (exteriores) da instituição. Assim, é de salientar que estas relações interpessoais de qualidade, criadas na instituição de acolhimento, são bastante importantes para o desenvolvimento destas crianças e jovens acolhidos, interferindo desta forma, quer ao nível da qualidade de vida quer ao nível do bem-estar destes, tal como foi identificado pelas jovens, nas entrevistas.

Relativamente às competências e recursos pessoais, estes são fatores importantes ao desenvolvimento das jovens, apesar de não ter sido dada grande relevância por parte destas, estes devem ser tidos em conta. É a partir destes fatores que as jovens têm noção das capacidades que foram desenvolvendo ao longo do acolhimento, sendo estes recursos necessários e imprescindíveis ao seu desenvolvimento, bem como úteis na fase do pós-institucionalização, tal como já referenciado por algumas ex-educandas.

Segundo as entrevistadas, as aprendizagens que foram adquirindo ao longo do acolhimento, não foram alcançadas de forma voluntária, ou seja, foram através das dificuldades, barreiras e alguns constrangimentos que se foram deparando ao longo dos anos em instituição, que levaram à mudança dos seus comportamentos. Isto é, se não tivessem de ultrapassar determinadas dificuldades, provavelmente não teriam alterado os seus comportamentos e não teriam adquirido tantas aprendizagens.

Desta forma, é possível constatar, através das respostas dadas pelas entrevistadas, que as jovens ao longo do acolhimento foram adquirindo determinadas competências que hoje lhes são úteis, tendo as mesmas a preocupação de seguir esses padrões e regras, atualmente. Estas competências estão relacionadas com a responsabilização, disciplina e empenho, em serem bem-sucedidas perante a sociedade.

Percurso pós-institucionalização

A fase de transição, isto é, o momento em que as jovens cessam a sua medida e saem definitivamente da instituição que as acolheu, comporta um grande significado para o indivíduo, pois é nesta fase que começam a viver em pleno a sua autonomia. Contudo, é também mais um processo de mudança a que são expostas, que é sentido de forma diferente, consoante as características e experiências que cada uma foi tendo ao longo deste processo, tanto no contexto institucional, como no contexto pós-institucional. É, de salientar, que é o percurso e o contexto institucional que determinam a autonomia.

Assim, foi proposto às jovens que refletissem acerca deste momento de transição e sobre o significado da vivência institucional, nas suas vidas atuais.

Inicialmente pediu-se às entrevistadas para refletirem acerca do seu percurso em instituição e como estas vêm a criança/adolescente que foram e as adultas em que se tornaram, ao qual as entrevistadas se dividem entre terem sido crianças/adolescentes felizes e crianças/adolescentes revoltadas com a situação porque estavam a passar. No entanto, quando nos focamos na pessoa em que se tornaram e como estas se vêm atualmente, na maioria das respostas dadas as jovens mencionam ser melhores pessoas, mais seguras na realização das suas ações, mais equilibradas emocionalmente, com mais maturidade.

Importa salientar que nas respostas foi visível perceber o quão orgulhosas as jovens estão de si mesmas, de como conseguiram ultrapassar todas as dificuldades que a vida lhes foi impondo. As jovens mencionam, ainda, que o facto de terem este tipo de sentimentos, muito se deve ao trabalho realizado na instituição pelos técnicos, ao longo do acolhimento das mesmas.

De referir que apenas uma das entrevistadas mencionou ter-se sentido enquanto criança/adolescente muito revoltada e que essa revolta continua no presente, enquanto adulta, pois não consegue esquecer o passado.

“Sinto-me orgulhosa na pessoa que sou e me tornei. É óbvio que a instituição colaborou bastante para que hoje me sentisse uma mulher segura.”

(J2, 26 anos)

“...eu tornei-me uma criança e jovem revoltada e agora em adulta sinto-me ainda mais, mas não só pelo facto de ter estado na instituição mas também derivado a alguns obstáculos que me surgiram ao longo do tempo até hoje, e o meu passado ainda permanece.”

(J7, 23 anos)

Neste seguimento, e tendo em conta tanto a passagem pela Casa de Acolhimento, como o significado atribuído a esta passagem, todas as entrevistadas vêm a passagem pela instituição como algo positivo e importante nas suas vidas, pois se por um lado foi o local onde encontraram amor, por outro foi também o local onde adquiriram determinadas capacidades que originaram as adultas que são hoje.

Contudo, é importante ressaltar que, embora algumas entrevistadas tenham referido que a sua passagem tivesse sido um pouco atribulada, mencionam também que se não fosse o facto de terem estado acolhidas não teriam as competências que têm hoje e, provavelmente, não teriam a vida que têm hoje. Tais factos vão ao encontro das finalidades do acolhimento, representados no artigo 49º, da Lei nº 142/2015, em que um dos objetivos do Acolhimento Residencial é, não só garantir a satisfação de necessidades físicas e sociais do jovem, como também promover a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

“Considero que teve uma grande importância para mim e para o meu futuro. Acima de tudo baseia-se muito na pessoa que sou hoje em dia.”

(J6, 21 anos)

“Foi a melhor coisa que me aconteceu neste mundo foi ter ido para a instituição, lá descobri que posso amar e ser amada, isso fez toda a diferença em mim e na minha vida.”

(J4, 23 anos)

“Adorei cada momento, foi dos melhores momentos da minha vida e acho que toda a gente da qual mantenho contacto concorda e não se arrepende de lá ter estado. Foi uma lição para a vida, um crescimento mental e físico. Foi muito, criei uma família que não tinha e amigos para a vida.”

(J3, 24 anos)

No que respeita à influência que a passagem pela instituição teve nas suas vidas atuais, todas as entrevistadas consideram que esta passagem teve uma influência positiva, pois se não tivessem integrado uma instituição de acolhimento, provavelmente não teriam as oportunidades que tiveram, enquanto institucionalizadas, e têm na atualidade. Apesar das oportunidades que referem terem tido na Casa de Acolhimento, mencionam também que em termos emocionais e sociais foi bastante importante, pois a sua integração na comunidade foi mais facilitada.

Assim, vamos ao encontro da Lei nº 142/2015, no que respeita ao funcionamento das Casas de Acolhimento, pois pretende-se que a sua organização seja feita de forma a que favoreçam relações afetivas, de tipo familiar, e que ao longo do acolhimento, a vida diária destas seja realizada de forma a que consigam integrar-se de forma segura na comunidade.

“Com certeza, tanto ao nível do crescimento pessoal (assertividade, autossuficiência e tomada de decisão), como da orientação para o sucesso, etc.”

(J2, 26 anos)

“Com certeza, virei completamente branca depois de ter entrado na instituição. O meu modo de estar, de ser e de ver as coisas mudou drasticamente. Tenho a certeza que se tivesse ficado em casa, a esta hora seria uma peixeira, com mentalidade atrasada e super antiquada, com aquele discurso barato “não tive melhor vida porque o branco não permitiu”. Aprecio carinho, beijinhos, namorar, sair para passear ou jantar fora, valorização, estimulação, encorajamento, simples gestos que fazem a diferença.”

(J4, 23 anos)

Relativamente aos contactos com a instituição, as respostas são díspares, pois existiram casos em que quando as jovens cessaram o acolhimento, cessaram também as relações com a instituição. No entanto, anos mais tarde estas jovens regressaram à instituição, por várias razões. Estas razões prendem-se com a realização de visitas aos técnicos, funcionários e educandas ou para solicitar ajuda e integrarem-se no GAPA.

Outras jovens referem nunca terem conseguido sair/separarem-se totalmente da instituição, realizando visitas frequentes. Contudo, mencionam que sempre que têm algum problema ou alguma dificuldade, dirigem-se imediatamente ao gabinete de ajuda disponibilizado pelo CPJ, pois continuam a sentir que aquela é a sua casa, recorrendo a ela sempre que sentem essa necessidade.

De salientar, que de entre as jovens selecionadas, duas destas para além de estarem integradas no GAPA, fazem também parte do quadro de funcionários da instituição, desempenhando funções de Auxiliar de Ação Educativa.

“Sim, algumas vezes. Apenas socialmente mas pouco, devido à mudança do país e outras circunstâncias.”

(J3, 24 anos)

“Sim, assim que saí vinha à instituição constantemente, mas com o tempo comecei a aceitar a minha vida cá fora, mas nunca esquecendo de onde vinha. E atualmente faço parte do quadro de trabalhadores e frequento o gabinete de apoio quando necessário.”

(J1, 27 anos)

Quando solicitado para refletirem acerca da sua vida atual, pondo em hipótese o facto de não terem passado pela experiência do acolhimento, uma das entrevistadas refere nunca ter pensado em tal situação, todavia todas as outras já haviam refletido sobre tal, apesar das respostas serem diferentes. Umas mencionam não saber o que lhes poderia ter acontecido, outras referem não gostar de pensar no que poderia ter acontecido, no entanto consideram que o acolhimento foi o melhor e bastante benéfico para as suas vidas.

Uma das entrevistadas explicou que tem consciência que a instituição a apoiou bastante para que pudesse ser o que é hoje, contudo verbaliza também que se não fosse a sua força de vontade, a instituição nada tinha contribuído para o seu sucesso. Neste sentido, é importante referir a relevância dos projetos de vida nos jovens, pois é nestes que estão representadas todas as estratégias fundamentais para o desenvolvimento do jovem, bem como as dinâmicas necessárias para o seu desenvolvimento. Estes incluem também as necessidades escolares, de formação, relacionais e afectivas (Leandro, 2006).

Assim, podemos constatar, que se na elaboração dos projetos de vida os técnicos tiverem sempre em conta os princípios e valores orientadores, fundamentalmente, a capacidade de escolher e a participação do jovem, este irá estar muito mais motivado no cumprimento do seu projeto de vida, do que se não for envolvido no mesmo (Leandro, 2006).

“A minha vida já era miserável, se não tivesse passado por nenhuma instituição, tenho a consciência que hoje continuava sem ler nem escrever, não saberia de nada, não aprendia nada porque estava sozinha.”

(J7, 23 anos)

“Sinceramente não sei, mas certamente seria muito diferente.”

(J6, 21 anos)

Quanto à questão do grau de escolaridade quando cessaram o acolhimento, foi possível perceber que apenas uma das entrevistadas continuou os estudos após ter saído da instituição, tendo desta forma concluído o 12º ano. Todas as outras, até à data das entrevistas, não prosseguiram os estudos.

Tendo em conta a questão anterior, achou-se pertinente questionar às entrevistadas o que significava para estas a escola e qual a importância teve nas suas vidas, ao qual as

respostas dividem-se, uma vez que determinadas jovens consideram não dar grande importância à escola na devida altura, embora atualmente achem importante. A outra metade verbaliza que sempre deram muita importância à escola e que se não fosse a escola hoje não seriam ninguém.

“A escola para mim sempre foi o meu tudo, na ilha onde vivia com a minha mãe não existia escola, mas sempre lhe disse que queria frequentar uma. Tive essa oportunidade com 10 anos, estava eu no 1º ano, mas nunca me senti mal, pois sabia bem de onde vinha. Desde o primeiro dia que dei tudo por tudo na escola, mesmo quando o meu pai me espancava dias após dias, nunca faltei à escola e o seu ato deixava-me ainda mais focada e determinada.”

(J4, 23 anos)

Neste seguimento, perguntou-se que recordações tinham as entrevistadas da sua passagem na escola, tendo as mesmas referido que aquilo de que mais se recordam são as amizades que fizeram. Por outro lado, recordam-se das fases menos boas que passaram na escola, tais como faltar às aulas e terem comportamentos desadequados em contexto de sala de aulas.

“Maravilhosas, fiz amigos que carreguei comigo para sempre.”

(J4, 23 anos)

“Faltava à escola para ir ao parque ou então entrava na escola e não ia para a sala de aula, ou então portava-me mal.”

(J5, 23 anos)

No que respeita à escolaridade, questionou-se, ainda, se as jovens estavam satisfeitas com a escolaridade ou formação que possuem na atualidade, ao qual 5 das 7 entrevistadas mostraram não estar satisfeitas com o nível de escolaridade que possuem, tendo como objetivos futuros adquirir mais formação, ingressando na universidade ou apenas ficar com o 12º ano concluído.

De salientar que apenas 2 das 7 entrevistadas referiu estar satisfeito com o nível de escolaridade que possui, pois mencionam, ter sido uma conquista e um motivo de orgulho. Contudo, uma destas duas, para além de estar satisfeita com a sua formação, pretende ingressar na universidade.

É importante referir que uma das finalidades do acolhimento é promover a formação escolar e profissional do jovem acolhido. Assim, tendo em conta as características e capacidades de cada jovem, estas podem ingressar no ensino regular, ou em cursos vocacionais e profissionais. De salientar que a formação das jovens acolhidas vai sempre ao encontro das suas potencialidades e interesses.

Deste modo, é importante referir que apesar das jovens durante o acolhimento, não conseguirem dar importância à escola, a Casa de Acolhimento, tendo em conta as potencialidades e interesses das jovens proporcionou-lhes uma formação escolar, que contribuiu para o sucesso e futuro das mesmas.

“Não, por isso quero dar continuidade e ser uma mulher formada em Manager de Negócios, isto é, em Inglaterra.”

(J3, 24 anos)

“Obviamente que não, queria ter mais estudos, mas na altura não tinha maturidade suficiente para obter certos resultados positivos.”

(J7, 23 anos)

No que concerne ao percurso institucional, tentou perceber-se se as jovens concordavam com o funcionamento da Casa de Acolhimento, ou se mudariam algo, sendo as opiniões das jovens distintas. Por um lado, certas entrevistadas, consideraram não mudar nada no funcionamento da instituição, por outro as entrevistadas referem que os técnicos deveriam dar mais atenção e importância ao que as educandas lhes dizem e mostram, usando as suas ideias.

Referem ainda que os técnicos não devem tratar todas as jovens de igual forma, pois são todas diferentes. Contudo, é de salientar que, apesar de a Casa de Acolhimento trabalhar com cada jovem individualmente, as regras e normas da instituição são iguais para todas, tendo estas de ser cumpridas e respeitadas por todas.

“Sim, deveriam dar mais ouvidos às educandas e tentar usar as suas ideias.”

(J3, 24 anos)

“Não é preciso mudarem, continuem a fazer o melhor que podem, com alegria e muito carinho com as educandas.”

(J5, 23 anos)

Relativamente à família, isto é, à formação de uma nova família, apenas duas das 7 entrevistadas já constituiu família. Sendo que 5 das 7 entrevistadas ainda não constitui família, 4 destas põem a hipótese de vir a constituir num tempo próximo. Apenas uma das 5 que ainda não constituiu família refere não pensar em tal situação, pois menciona ter passado por muito na sua infância e não quer que os seus filhos passem pelo mesmo.

Importa salientar que de entre as duas entrevistadas que já constituíram família, uma está em união de facto e a outra é casada. Todas as outras entrevistadas são solteiras.

“Eu vivo para a família.

Sim, tenciono constituir a minha própria família, é o meu sonho, penso nisso constantemente. Passo a maior parte do tempo a imaginar-me com a família que irei ter.”

(J2, 26 anos)

Para finalizar a entrevista, foi questionado às jovens que ensinamentos, atribuídos pela Casa de Acolhimento, gostariam de transmitir aos seus filhos, tendo as jovens, na sua maioria, referido querer passá-los todos, desde a amizade, partilha, respeito, união, educação, admiração pelo outro, valorização do outro e humildade.

“Tudo. Desde a partilha, respeito, união”

(J2, 26 anos)

“Respeitar o próximo, ouvir com atenção e ser sempre aberto a novas ideias e novas pessoas.”

(J3, 24 anos)

“Tudo o que eu aprendi e memorizei. Estou exatamente a passar para o meu filho, horários, educação e bom comportamento, coisa que nunca tive mas que o meu filho terá porque já estou a começar.”

(J7, 23 anos)

Das entrevistas realizadas, é possível concluir que os sentimentos mais comuns às jovens após a cessação do seu acolhimento são, fundamentalmente positivos, sendo eles a liberdade, orgulho, realização pessoal, curiosidade e conquista.

Contudo, é também possível verificar que, apesar de terem encarado a saída da Casa de Acolhimento como um aspeto positivo ao seu desenvolvimento, referem ter sido difícil separarem-se por completo da instituição, pois era vista, como o seu espaço familiar, a sua casa.

De salientar, que o facto de poderem disponibilizar do GAPA foi também um dos motivos pelos quais as jovens, após terem cessado o seu acolhimento, continuaram a frequentar e a manter contacto com a Casa de Acolhimento.

Assim sendo, é importante mencionar, que no presente, estas jovens têm uma imagem diferente e mais positiva de si mesmas, quando comparada com a ideia que tinham no passado. Esta auto-imagem, que foi vindo a ser melhorada ao longo dos anos, está intimamente relacionada com o facto de terem desenvolvido diversas qualidades e capacidades pessoais, sendo que grande parte deste desenvolvimento se deu devido à experiência vivenciada pela instituição, designadamente a responsabilidade, confiança, preocupação, atitude positiva, segurança e descontração.

Conclusão

As Casas de Acolhimento quando acolhem uma criança ou jovem têm como responsabilidade a promoção da sua socialização. Diversos autores caracterizam o Acolhimento Residencial com vários aspetos negativos. No entanto, se a Casa de Acolhimento exercer adequadamente as suas funções, isto é, garantir as condições básicas para que seja realizado um desenvolvimento equilibrado daquela criança/jovem, os efeitos que advêm da institucionalização podem vir a ser bastante positivos.

Estes aspetos positivos vão ao encontro da satisfação das necessidades básicas (alimentação, educação, higiene e saúde), dos relacionamentos entre jovens e os grupos de pares da instituição, e o desenvolvimento de atividades de lazer. Contudo, existem também alguns aspetos que se podem considerar como negativos, tais como o afastamento da criança ou jovem da sua família biológica, promovendo desta forma sentimentos de revolta, dificultando por sua vez a consolidação de laços de vinculação imprescindíveis ao seu próprio desenvolvimento.

O presente estudo teve como objetivo centrar-se nas narrativas das jovens no que respeita às experiências vividas em instituição na sua infância e/ou adolescência bem como na perceção que estas têm da influência que estas experiências exerceram nos seus percursos e condições de vida atuais. A escolha do acolhimento de longa duração, ministrado pelas Casas de Acolhimento, recai sobre uma resposta de proteção de longo prazo, tendo assim de assumir um papel não negligenciável na socialização e desenvolvimento daqueles que acolhe. Desta forma, pensou-se que através do acolhimento prolongado seria possível não só perceber o significado e o papel que estas Casas de Acolhimento tiveram na vida destas jovens, como também ser possível identificar outros fatores que possam ter sido influentes.

No sentido de se conseguir analisar o significado da experiência institucional, no seu todo, tivemos também em conta outros aspetos que poderiam influenciar esta vivência, tais como a escola, as características dos próprios indivíduos, o trabalho, as condições da instituição, os serviços e outros significativos (isto é, a família de origem, os amigos e a nova família).

Através da análise das entrevistas, foi-nos possível observar que ao nível do próprio indivíduo, a entrada em meio institucional foi vista como uma fase extremamente significativa para todas as entrevistadas. Esta fase mostrou-se significativa pelo facto de se terem de afastar das suas referências e consequentemente terem de se adaptar a uma

nova situação, excluindo duas das entrevistadas que já haviam estado acolhidas numa outra instituição, no entanto tiveram de se adaptar a uma nova casa, novas pessoas, regras e normas. Esta experiência foi vivida por cada uma das jovens de maneiras distintas, tendo em conta as suas características e condições psicológicas, relacionamento interpessoal, recursos pessoais e competências, que acabaram por influenciar direta ou indiretamente a sua adaptação à vida na Casa.

Da análise da informação recolhida é perceptível, que no momento da entrada na instituição, as jovens se encontravam bastante fragilizadas, tristes, revoltadas, constrangidas, necessitando de preocupações específicas que foram trabalhadas pelos Técnicos da instituição ao longo dos tempos, de acordo com a disponibilidade para tal, de cada jovem. Este estado emocional, caraterizador da entrada na instituição, é manifestado apenas nos primeiros tempos do acolhimento, revelando-se em memórias maioritariamente negativas, tendo estes tempos sido marcados por muitas dificuldades, principalmente pela separação com a família de origem.

Desta forma, é essencial dar uma maior atenção ao período inicial/entrada do acolhimento, uma vez que cada caso é um caso e cada criança ou jovem tem as suas especificidades, isto é idades díspares, motivos de institucionalização diferentes, preparação ou não da criança por um Técnico ou família, quando se dá a entrada numa Casa de Acolhimento.

A qualidade das relações interpessoais que se vão estabelecendo entre as crianças e/ou jovens acolhidos, seus pares e determinados funcionários, os sentimentos de amizade, união, partilha, identificação, o clima familiar resultante da interação destes, constituía para a grande maioria destas um fator preponderante para a sua adaptação à instituição. Assim, é de mencionar que, segundo os estudos de Gomes (2005) e de Quintãs (2009), as relações afetivas significativas dos jovens com os pares são sentidas de forma positiva, constituindo-se um fator bastante importante, pelo efeito securizante que tem no processo de desenvolvimento dos jovens.

Tendo em conta o processo de saída, os sentimentos são bastante positivos, sendo eles a realização pessoal, liberdade, orgulho em si mesmas, conquista e curiosidade.

Quanto à aquisição de competências e recursos pessoais adquiridos durante o acolhimento, as apreciações são geralmente positivas, principalmente no que respeita a competências de gestão doméstica, bem como aspetos relacionados com a conduta e disciplina, resultante da forma como a instituição se organiza. Estes aspetos e competências são, frequentemente, utilizados no dia-a-dia destas jovens.

No que concerne à imagem que as entrevistadas têm de si próprias, a maioria constata que a sua passagem pela instituição provocou uma mudança positiva nas mesmas, uma vez que a sua auto-imagem melhorou em comparação com a imagem que tinham de si mesmas aquando da sua entrada na instituição. Esta melhoria está muito relacionada com o seu desenvolvimento pessoal e social e com o processo de maturidade, sobre o qual a troca de experiências, o relacionamento interpessoal, a convivência em grupo e até mesmo os constrangimentos e dificuldades que tiveram de ultrapassar, são vistos pelas próprias entrevistadas como importantes no seu desenvolvimento.

Neste sentido, é importante salientar a definição do projeto de vida nos jovens institucionalizados, pois este estabelece as necessidades destes, sendo inicialmente identificadas as necessidades mais básicas (fisiológicas), seguindo-se para outras mais abstratas (Pirâmide das Necessidades de Maslow). Neste seguimento e após ter sido assegurada a base das necessidades, a intervenção foca-se nas componentes sociais e de auto-estima, no sentido de se conseguir ajustar a estes jovens uma personalidade equilibrada e independente, quer de afeto e apoio psicológico, como de exemplos, modelos e estratégias. Esta intervenção é importante nestes jovens no sentido de se desenvolverem comportamentos assertivos, aprendizagem e aquisição de regras, bem como no relacionamento interpessoal tolerante e empático, com o intuito de se desenvolver uma educação direcionada para o otimismo e descoberta de talentos (Leandro et al., 2006).

Na adaptação à vida na instituição, importa referir que esta foi um pouco facilitada através da ligação afetiva que as jovens foram estabelecendo com as várias pessoas, isto é, pares e profissionais, e também pelo ambiente familiar que foi sendo proporcionado, destacando-se deste modo a importância das relações interpessoais. Assim, segundo Alves (2007) a proximidade e a qualidade das relações estabelecidas nas Casas de Acolhimento, entre os jovens, seus pares e adultos são bastante importantes tanto para o desenvolvimento como para o processo de socialização de cada jovem.

Contudo, é de salientar que a relação profissional / jovem nem sempre foram pautadas de saudáveis ou de proximidade, tendo estas relações marcado e influenciado no dia-a-dia- na Casa de Acolhimento.

Ao nível escolar, podemos observar que na sua maioria as jovens consideram que a instituição lhes deu a oportunidade de frequentar a escola e realizarem formação profissional.

Relativamente ao acompanhamento e apoio pós-institucional, é importante salientar que é necessário existir uma preparação prévia à saída, isto é, preparar o jovem em termos emocionais, capacitá-los de determinadas competências, e ter especial atenção ao facto de estarem ou não reunidas todas as condições, nos mais diversos contextos (familiares e outros).

Após a cessação e no sentido de estes jovens terem acesso a recursos em que se possam apoiar na sua autonomização, é importante que sejam desenvolvidas redes formais e informais de apoio (apoio à habitação, emprego). Neste sentido, é importante salientar que, nos últimos anos, têm sido desenvolvidos estudos que mostram a importância da existência de redes de apoio social e de programas de apoio à transição para a vida autónoma, pois estes podem influenciar positivamente o processo de autonomização destes jovens, contribuir para o sucesso escolar, profissional, bem-estar futuro e apoio afetivo e emocional (Georgiades, 2005).

Em suma, podemos considerar que apesar de todas as entrevistadas terem vivido no mesmo contexto de acolhimento, de longa duração, a experiência não foi vivida da mesma forma por todas, assim como foi diferente a influência e o significado que esta passagem teve nas jovens. Deste modo, o processo de desenvolvimento, o processo de saída e o seu bem-estar atual resultam não só da experiência de institucionalização que partilharam, como também de outros fatores, tais como as condições da família de origem, os motivos do acolhimento, a qualidade da união que foram estabelecendo ao longo do tempo em que tiveram acolhidas com as demais educandas da instituição, as características individuais, competências e potencialidades de cada uma, as suas capacidades, dificuldades e limitações que foram encontrando ao longo do tempo. Estes aspetos são assim considerados como uma referência que nos ajudam a perceber o modo como estas jovens conseguiram lidar com todas as situações que foram encontrando ao longo da sua vida.

De referir que, com a análise das entrevistas, foi também possível verificar que a experiência do acolhimento foi muito significativa na infância e/ou adolescência destas jovens. Todas as entrevistadas fazem um balanço positivo desta experiência, tendo a perceção que o facto de terem estado acolhidas lhes deu outras oportunidades que não teriam se tivessem continuado no seio familiar.

Consideram, ainda, que foi uma influência positiva nas suas vidas, pois deu-lhes abrigo, deu-lhes um espaço onde puderam crescer de forma saudável, deu-lhes a oportunidade de se desenvolverem pessoalmente e socialmente. Permitiu que

estabelecessem relações interpessoais importantes, estruturantes do seu desenvolvimento e até de personalidade, deu-lhes a oportunidade de frequentarem a escola e de fazerem formação profissional, facilitando-lhes o acesso ao mercado de trabalho (apesar dos momentos menos bons porque passaram). Deu-lhes, ainda, um contexto social diferente que modificou as suas condições de vida, dando-lhes a oportunidade de mudarem o seu destino, melhorando desta forma as suas condições de vida atuais.

Neste seguimento e atendendo ao nosso objetivo inicial, foi possível constatar que as jovens participantes neste estudo atribuíram à vivência em instituição um papel bastante importante no que respeita ao seu desenvolvimento social e pessoal, tendo esta experiência influenciado positivamente os seus percursos e condições de vida atuais.

Da análise das entrevistas foi também possível perceber que aspetos relativos às próprias jovens, à aquisição de habilitações escolares e até profissionais, as condições do acolhimento e à existência de apoios e recursos (neste caso identificando o GAPA) no período de pós-acolhimento, podem assumir-se como fatores protetores na fase de transição para a vida ativa e independente, contribuindo desta maneira para uma melhoria na qualidade de vida destas.

Em detrimento dos resultados conseguidos, podemos constatar que a institucionalização (contexto considerado substitutivo à família de origem quando esta não consegue satisfazer as necessidades básicas inerentes às crianças/jovens) deixa de ser vista como um risco para ser considerada como uma oportunidade de vida, respeitando os direitos, providenciando um acolhimento personalizado, assente no desenvolvimento e bem-estar educacional e afetivos daqueles que estão acolhidos.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2000). *(des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. Gonçalves (coords.). *Violência e Vítimas de Crimes*, II, pp. 223-244.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada - Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barth, R. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of evidence Based Practice in Social Work*, pp. 147-175.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um projecto de Investigação* (3ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Carey, M. (2009). *The Social Work Dissertation: Using Small- Scale Qualitative Methodology* (2ª Edição ed.). Berkshire - England: McGraw-Hil.
- Carmo, H. &. (1998). *Metodologia de Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro Pires, S. A. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizados*. Bragança: Escola Superior de Educação de Bragança.
- Cervo, A. &. (1983). *Metodologia Científica* (3ª Edição ed.). São Paulo: McGraw- Hill do Brasil.
- Educatives, F. -F. (2008). *Residential Child Care and its Alternatives, International perspectives*. USA.
- Fernandes, A. M. (1996). *Lar para Crianças e Jovens - Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Fonseca, A. (2004). *Crianças e Jovens em Risco*. In M. Helena da Silva, A. Castro Fonseca, Luis Alcoforado, M. Manuela Vilar e Crsitina Vierira (Eds). *Crianças e Jovens em Risco*. Coimbra: Almedina.

Fonseca, C. T. (2004). *Crianças em Perigo: o papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal*. Obtido em 17 de novembro de 2015, de www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/OpapeldasCPCJemPortugal.pdf

Fontanella, D. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições Teóricas. *Caderno de Saúde* , 24, pp. 16-28.

Georgiades, S. (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and adolescent Social Work Journal* , pp. 417-439.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, Lda.

Gomes, M. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: ISCTE.

Instituto da Segurança Social (2003). *Manual de Boas Práticas - Um Guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: ISS.

Instituto da Segurança Social (2010). *Plano de Intervnação Imediata - Relatório de Caraterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de Crianças e Jovens: caraterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Leandro, A. (1995). *A Criança e o Jovem - Que Direitos? Que Justiça?*. In D. Silva, *Os Jovens e a Justiça*. Lisboa: APPORT.

Leandro, A. A. (2006). *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Grupo de coordenação do Plano de auditoria Social CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social.

- Linares, J. (1997). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática. La experiencia de Ciutat Vella*. Barcelona: Paidós.
- Lisboa, S. C. (2004). *Estudo das Trajetórias de Vida das Crianças e Jovens Saídas dos Lares da SCML: 1986-2001*. Lisboa: SCML.
- Mack, N. W. (2005). Qualitative Research Methods: A data collector's field guide. *Family Health International* , pp. 13-49.
- Meirinhos, M. &. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. 2, 49-65.
- Ministério do Trabalho e Segurança Social. (2007). *Políticas para a Infância na área da Segurança Social*.
- Pinto, R. (2009). *Introdução à análise de dados com recurso ao SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Quintãs, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Universidade do Minho.
- Quivy, R. &. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- República, A. d. (2005). *Assembleia da República*. Obtido em 6 de Janeiro de 2014, de Constituição da República Portuguesa: ww.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf
- Rodrigues, E. C. (1997). *Menores em Risco: que família de origem?, Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto de Ciências e Políticas.
- Rodrigues, E. (1997). *Menores em Risco: Que família de origem? In Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas* (1º Edição ed.). Coimbra: Quarteto.
- Sousa, m. &. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo bolonha*. Lisboa: PACTOR.

Unicef. (2004). *Unicef*. Obtido em 20 de outubro de 2015, de A Convenção sobre os Direitos da Criança: www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Weizman, J. (1985). *Engaging the severely dysfunctional family in treatment: basic considerations*. (Vol. 24). Family Process.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zurita, J. &. (1996). Recursos residenciales para menores. In J. Ochotorena, & M. I. Madariaga. *Manual de protección infantil* , pp. 393-445.

Legislação

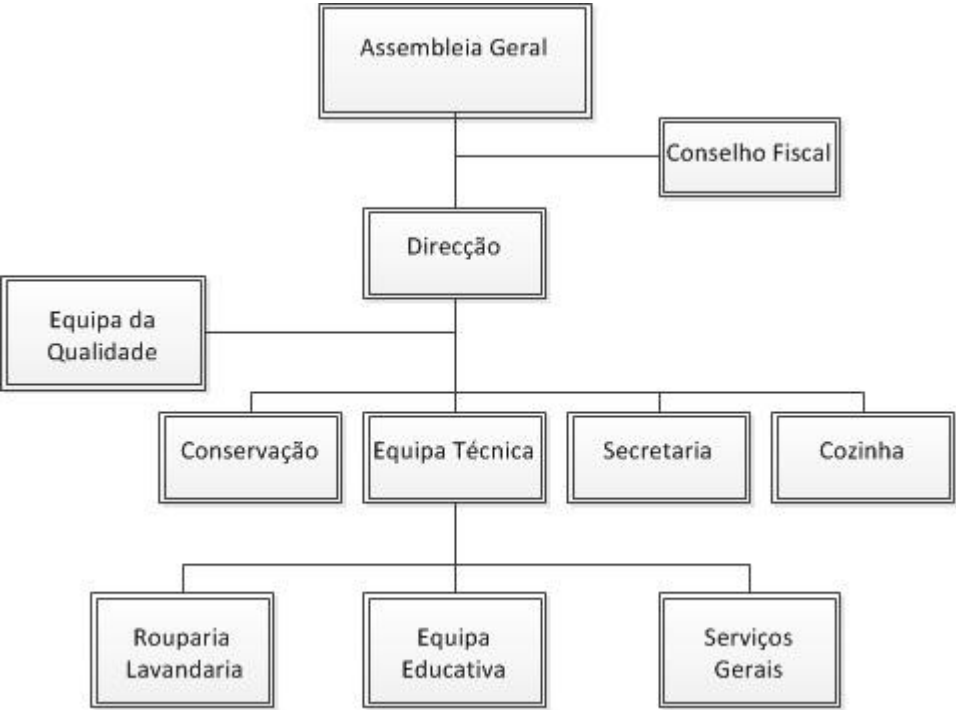
Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei nº 147/99, de 1 de setembro.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei 142/2015, de 8 de setembro.

Lei Tutelar Educativa - Lei nº 166/99, de 14 de setembro.

ANEXOS

Anexo I - Organograma do Centro de Promoção Juvenil



Anexo II – Guião de entrevista a jovens-adultas

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Residência:

Nível de escolaridade:

Profissão:

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?
2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?
3. Como era a sua relação com os técnicos?
4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

Anexo III – Entrevista J1

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 27 anos

Estado Civil: Solteira

Naturalidade: Lisboa

Residência: Lisboa

Nível de escolaridade: 12º ano

Profissão: Auxiliar de Ação Educativa

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 7 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Apenas uma, o Centro de Promoção Juvenil.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

A minha relação com os Técnicos era bastante complicada, estavam sempre a dar-me na cabeça.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve

mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Não me sei caraterizar antes de entrar na instituição, era muito nova. Depois caraterizava-me como uma criança feliz e saudável. Como entrei muito nova não tenho a certeza em relação à maneira de ser, mas a maneira de encarar a vida, sim essa mudou. O que provocou a mudança foi a segurança e proteção que tinha, saber que tinha alguém que cuidaria de mim.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Sim, onde vim eu parar? Com o tempo fui-me sentindo em casa. Finalmente um lugar que me transmitia segurança e estabilidade.

Sim, senti dificuldades na minha adaptação, foi péssima, horrível, muitas emoções ao mesmo tempo.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Sim, negligência por parte do meu progenitor e instabilidade familiar.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Enfrentar nem tanto, mas ultrapassar sim, sempre com a ajuda dos monitores. Quando estava bem-disposta lá conseguia também fazê-lo com a doutora, raramente.

Na adolescência pura, foi simplesmente o bloqueio total.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Vejo-me como uma criança feliz mas uma adolescente do pior. A adulta que me tornei está mais ou menos balanceada entre as duas. Como adulta, quanto mais vou crescendo mais orgulhosa vou ficando. Sim, há coisas que ainda têm que ser trabalhadas, mas num modo geral, gosto muito do que vejo.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

A minha passagem foi um tanto atribulada, mas isso foi mais pela adolescência. A avaliação que faço é que não teria a vida que tenho agora, disso tenho a certeza.

Teve um significado muitíssimo importante para mim. Foi a minha primeira casa, e como quase tudo o que foi primeiro não se esquece.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Sim teve, porque a minha vida começou quando entrei.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, assim que saí vinha constantemente, mas com o tempo comecei a aceitar a minha vida cá fora, mas nunca esquecendo de onde vinha. E atualmente faço parte do quadro de trabalhadores e frequento o gabinete de apoio, quando é necessário.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Já pensei e não gosto das possibilidades do que poderia ter sido.

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha o 9º ano.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

Era algo que tinha de ser feito, na altura não tinha assim muita importância.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Tenho algumas amargas, mas quando fui para o 7º ano as coisas melhoraram.

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Não, que quero bem mais.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

Sim, maior participação pela parte da Direção na vida das educandas. E juntarmos forças para reformularmos o funcionamento, pois por agora o que temos não está a funcionar.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Ainda não, nunca pensei em constituir. Passei por muito para que os meus passem pelo mesmo.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

A amizade.

Anexo IV – Entrevista J2

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 26 anos

Estado Civil: Solteira

Naturalidade: Guiné- Bissau

Residência: Lisboa

Nível de escolaridade: 12º ano

Profissão: Auxiliar de Ação Educativa

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 6 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Graças a deus só uma, o Centro de Promoção Juvenil.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

Boa, muito boa.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve

mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Bem, estava bem quando entrei. Eu entrei mais por uma melhor educação, não por necessidades e etc. A mãe trabalhava muito na altura e muitas das vezes não tinha com quem ficar. Foi bom ter vindo para uma instituição naquela altura, pois hoje vejo que só me fez bem enquanto pessoas, vejo isso no meu dia-a-dia.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Como era ainda era pequena e filha única, ainda era mimada e quando percebi que vinha para um sítio onde não viria a minha mãe durante a semana foi mau porque chorava sempre, mas foi só até me adaptar, ainda por cima não falava nem entendia português.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Estava muitas vezes sozinha, a fazer as coisas sozinha. Não tinha ninguém a cuidar de mim, a olhar por mim.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Não senti, que me recorde.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Sinto-me orgulhosa na pessoa que sou e me tornei. É óbvio que a instituição colaborou bastante para que hoje me sentisse uma mulher segura.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

Bem, é um pouco complicada esta questão, porque a minha passagem foi um pouco complicada e porque não saí bem da instituição. Apesar disso ainda cá ando, agora como Auxiliar de Ação Educativa, inverti os papéis.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Com certeza, tanto ao nível do crescimento pessoal, isto é, assertividade, autossuficiência e tomada de decisão, como orientação para o sucesso, etc.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, frequento o gabinete de apoio e sou auxiliar de ação educativa na instituição.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Sim, penso sempre nessa hipótese. Como já disse, a instituição colaborou para ser o que sou hoje, mas penso que se não tivesse os meus objetivos focados, não adiantava em nada. Sempre soube que não queria acabar mal na vida.

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha o 12º ano.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

A escola significa tudo, apesar de ainda não ter feito a faculdade, não me arrependo de ter estudado até ao 12º ano, de ter passado tantos anos na escola, pois sempre olhei mais à frente e sabia que não queria ficar com pouca escolaridade.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Boas. Hoje sei o porquê dos mais velhos dizerem “aproveita bem que não volta atrás”, pois sinto falta dos tempos de escola e de estudar também. Talvez volte a fazê-lo, quem sabe.

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Sim, é o mínimo mas tenciono fazer a faculdade. Não sei quando, mas sinto essa vontade sim.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

Não mudaria nada porque são tempos diferentes.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Eu vivo para a família.

Sim, tenciono constituir a minha própria família, é o meu maior sonho, penso nisso constantemente. Passo a maior parte do tempo a imaginar-me com a família que irei ter.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

Todos. Desde a partilha, respeito e união.

Anexo V – Entrevista J3

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 24 anos

Estado Civil: Solteira

Naturalidade: Amadora

Residência: Londres

Nível de escolaridade: 9º ano

Profissão: Empregada de limpeza

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 10 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Só uma, instituição de solidariedade social .

3. Como era a sua relação com os técnicos?

Era minimamente boa, eu sempre fui uma criança um bocado rebelde mas dentro do normal. Acho que sempre fui uma pessoa muito direta, acho que isso é que fez com que muitas vezes houvesse “desavenças”.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Não me lembro bem, mas acho que era uma criança inocente, com muito por aprender.

Sim muitas, aprendi tanta coisa, tanto de bom como de mau. Agora vejo as coisas que fiz e disse e os conselhos que me foram dados a serem postos em prática. O crescimento e a independência criaram muitas mudanças na minha vida.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Sim, sempre quis ir para lá porque já lá estava a minha irmã, mas quando entrei foi quando percebi o porquê de lá querer estar sempre, era cheio de crianças da minha idade ou mais velhas. Para mim era como se fosse uma escola em casa. Ao longo dos anos fui-me adaptando e cada vez me sentia mais em casa do que na casa dos meus pais. Houve momentos difíceis mas também houve maravilhosos dias que jamais irei esquecer.

Quando saí de lá foi uma mudança radical, já não estava habituada a ter que fazer tudo por mim, mas sim fui-me adaptando à sociedade sozinha e agora uso tudo o que me foi ensinado no dia-a-dia e senti-me uma mulher independente, com atitude para encarar a vida seja como for.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Problemas familiares e financeiros basicamente.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Com as minhas irmãs de coração. Partilhávamos ideias juntas portanto era mais fácil por vezes falarmos entre nós do que com as doutoras.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Vejo-me como uma pessoa de carácter forte e muito consciente do que sou e do que passei para estar onde estou agora. Foi uma escola para a vida.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si? Adorei cada momento, foi dos melhores momentos da minha vida e acho que toda a gente da qual mantenho contacto concorda e não se arrepende de lá ter estado. Foi uma lição para a vida, um crescimento mental e físico.

Tem muito significado, criei uma família que não tinha e amizades para a vida.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Sim teve, modelou a pessoa em que me tornei hoje.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, algumas vezes, apenas socialmente mas pouco, devido à mudança do país e outras circunstâncias.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Sim. Provavelmente não era a que tenho agora, vindo eu do bairro onde vim..

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha iniciado o 9º ano de escolaridade.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

Muito, teve máxima importância, pois sem ela não seria capaz de fazer coisas que faço, como ler escrever, etc.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Cada início de ano letivo os professores diziam que eu era uma aluna muito sossegada e que tinha futuro. No final de cada 2º período já tinha reclamações, porque falava muito e coisas do género. Obviamente já estava integrada na turma, já nos conhecíamos, então era só brincadeira

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Não, por isso quero dar continuidade e ser uma mulher formada em Manager de Negócios, isto em Inglaterra .

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?
Sim, deveriam dar mais ouvidos às educandas e tentar usar as suas ideias.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?
Ainda não, mas sim. Não agora mas futuramente está nos meus planos. Primeiro quero realizar os meus projetos profissionais e depois sim.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?
Respeitar o próximo, ouvir com atenção e ser sempre aberto a novas ideias e novas pessoas.

Anexo VI . Entrevista J4

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 23 anos

Estado Civil: Casada

Naturalidade: Guiné-Bissau

Residência: Inglaterra

Nível de escolaridade: 12 ano

Profissão: Animadora Sociocultural

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 15 anos (13/2/2009)

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Considero que tenha sido somente uma "Casa da Estrela", mas, permaneci um mês na "Casa da Luz" que é uma unidade de emergência.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

A minha relação com as técnicas variava de técnica para técnica e do meu estado de espírito. A minha relação com elas foi caracterizada por momentos menos bons e outros excelentes, é como num seio de uma verdadeira família" hora se ama, hora se odeia".

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Quando entrei na instituição era uma criança extremamente magoada e desiludida com a vida, uma criança que tinha medo de se apegar, de gostar, de se entregar. Tinha em mim todas as perguntas do mundo, o que será do meu futuro? Será que um dia serei amada por aquilo que sou verdadeiramente? Será que alguém um dia irá abrir as portas da sua casa pra me deixar entrar? Será que alguém se preocupa comigo? O que fiz de errado? Porquê isso? Porquê a mim? Ao sair da instituição era uma mulher quase feita que ao longo do tempo abriu o seu coração ao mundo deixando tantos e tantas entrarem pra nunca mais sair. O meio onde vivia provocou estas mudanças em mim, histórias piores que a minha, a maturidade trouxe com ela a capacidade de ver mais além, deixar as coisas correrem com o tempo.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

A entrada na instituição não foi muito dramática porque fui eu que quis sair de casa. A maior dificuldade foi a minha integração no seio do grupo das mais velhas. Elas já se encontravam na instituição há anos e quase todas cresceram juntas lá. De repente chega uma louca, desenvergonhada como eu. Para finalizar, era doente, ouvi muito disse que se diz, que as mais novas traziam-me das mais velhas, com o tempo passou. Senti-me segura estando numa instituição.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Maltrato físico e mental. Negligência parental.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Durante os momentos mais difíceis afastava-me das pessoas, fechando-me por completo, não permitia qualquer tipo de meio de contacto. A maturidade ensinou-me a ser mais branda, a esquecer ou deixar de lado, a perdoar e não pôr no peito certas coisas.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

O meu percurso pela instituição ensinou-me a amar-me a mim mesma antes de mais nada, a não esperar que os outros me aceitem ou me amem para ser feliz. Aproveitar todas as oportunidades dadas ao máximo, a sorte não bate na mesma porta duas vezes."

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

A melhor coisa que me aconteceu neste mundo foi ter ido para a instituição, lá descobri que posso amar e ser amada, isso fez toda a diferença em mim e na minha vida.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Com certeza, virei completamente branca depois de ter entrado na instituição. O meu modo de estar, de ser e de ver as coisas mudou drasticamente. Tenho a certeza que se tivesse ficado em casa a esta hora seria uma peixeira, com mentalidade atrasada e super antiquada, com aquele discurso barato "não tive melhor vida porque o branco não permitiu". Aprecio carinho, beijinhos, namorar, sair para passear ou jantar fora, valorização, estimulação, encorajamento, simples gestos que fazem a diferença.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, de hoje para sempre.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Não.

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha o 12º ano concluído.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

A escola para mim sempre foi o meu tudo, na ilha onde vivia com minha mãe não existia escola, mas sempre lhe disse que queria frequentar uma. Tive esta oportunidade com 10 anos, estava eu no 1º ano, nunca me senti mal, pois sabia bem de onde vinha. Desde do primeiro dia que dei tudo por tudo na escola, mesmo quando o meu pai me espancava dias após dias, nunca faltei à escola e o seu ato deixava-me ainda mais focada e determinada.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Maravilhosas, fiz amigos que carregarei comigo para sempre

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Não, tenciono ir para a faculdade. Inscrevi-me recentemente num curso de Inglês e de Matemática durante um ano. Depois estarei apta a candidatar-me à Universidade, quero mais para mim, mais para a minha família, este é o meu próximo objetivo.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

São tantas as coisas que deveriam mudar, mas fico-me pelo mais importante, a meu ver. As técnicas devem saber que nós somos diferentes e como tais devemos ser tratadas de um modo diferente. A tendência é tratar todas de um único modo, isso não dá certo “o que tu toleras, não é nem de perto o que eu tolero”.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Sim, já tenho uma filha.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

Admirar e valorizar cada esforço feito por eles, elogiar e mimar quando merecem, castigar e ralhar quando for necessário.

Aproveita aquilo que te dão e tens, pois quando ficares sem vais querer e não vais ter.

Anexo VII . Entrevista J5

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 23 anos

Estado Civil: Solteira

Naturalidade: Peso da Régua

Residência: Vale da Amoreira

Nível de escolaridade: 9º ano (curso de operadora de informática)

Profissão: Serviço geral

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 10 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Apenas uma.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

Muito boa.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Eu ao início foi muito complicado porque não queria sair do pé da minha mãe, mas comecei a habituar-me.

Na saída foi muito complicado, tive meses com muito stresse pela minha saída da instituição mas comecei a refazer a minha vida ao lado da minha mãe.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Fiquei muito triste mas com o tempo comecei-me a habituar e não tive nenhuma dificuldade.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Más condições e perturbações mentais por parte do pai.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Com a ajuda dos técnicos e das utentes da instituição.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Muito melhor porque foi nesta instituição que mudei muito as minhas capacidades.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

Muito pela simpatia, por muita alegria nesta instituição.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Para melhor, porque podem acolher muitas crianças com dificuldades. Ex: más condições, por tentativa de violação ou violência doméstica pelos pais, etc.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, venho visitar algumas vezes ou passar o dia, ir à praia, piscina, etc.

Também faço parte do gabinete de apoio (GAPA) e sempre que tenho alguma dúvida ou preciso de aconselhamento, venho à instituição.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Não sei porque eu tenho a minha mãe, mas com o tempo posso perdê-la de repente. Sea acontecer alguma coisa não tenho mais ninguém, sem ser os meus tios e primos e o meu irmão.

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha o 9º ano e é o que tenho atualmente.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

Eu ao início não gostava de estudar, mas agora dou importância aos estudos para o futuro das outras crianças, para terem um melhor emprego.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Faltava à escola para ir ao parque ou então entrava na escola e não ia para a sala de aula ou então portava-me mal.

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Sim, tenho muito orgulho.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

Não é preciso mudar, continuem a fazer o melhor que podem, com alegria e muito carinho com as educandas.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Por enquanto não.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos? Sim, para respeitar os meninos que estão na instituição.

Anexo VIII – Entrevista J6

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 21 anos

Estado Civil: Solteira

Naturalidade: Madeira

Residência: Lisboa

Nível de escolaridade: 9º ano

Profissão: Empregada de mesa

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 13 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

O Centro de Promoção Juvenil e Casa de Emergência.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

Era boa, uma relação estável.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Antes de entrar para a Instituição eu era uma criança de apenas 13 anos, que simplesmente queria viver a vida e divertir sem preocupações e responsabilidades.

Hoje em dia e depois de ter saído da instituição, já com 21 anos as coisas mudaram muito. Cresci e tive que aprender que as coisas no mundo lá fora nunca foram tão fáceis como sempre pensei, temos de fazer tudo sozinhas, com cabeça tronco e membros, ser independentes, sem precisar de depender de nada nem de ninguém, ser responsável acima de tudo.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Quando entrei na instituição senti-me triste e sem ninguém. Parecia que de repente o mundo tinha acabado ali.

A adaptação foi difícil porque era como se estivesse num mundo estranho, não conhecia ninguém e não sabia como me havia de sentir ou estar.

Quando saí da instituição senti-me adulta, crescida e com vontade de enfrentar o mundo.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Falta de condições em casa e dificuldades económicas.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Senti imensas dificuldades, mas isso foi ultrapassado ao longo dos dias, meses e anos, com as amigas que fui criando e com o esforço que fiz.

II – Percorso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Vejo-me uma pessoa totalmente diferente, com mais maturidade e com um ver diferente da vida.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

Considero que teve uma grande importância para mim e para o meu futuro, acima de tudo porque baseia-se muito na pessoa que sou hoje em dia.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Ao ter sido institucionalizada fez de mim uma pessoa diferente. No início não achava isso, mas hoje em dia vejo que foi uma grande oportunidade para mim, fez-me crescer.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Sim, atualmente vou lá várias vezes porque foi lá que fiz grandes amizades e espero e quero manter sempre contacto.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

Sinceramente não sei, mas certamente seria muito diferente

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

O 9º ano.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

Na altura era uma chatice ir para a escola, mas apesar de tudo eu sabia que era para o meu bem e que iria valer a pena para o futuro.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Tenho boas recordações, foi lá que fiz novas amizades e não me sentia tão sozinha na instituição.

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Não, ainda tenho que concluir o 12º ano.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

Não, não existe nada que queira mudar.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Atualmente ainda não construí família, mas sim, é claro que penso em construir.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

De uma forma geral, que sejam educados, humildes, respeitadores e que no fundo sigam sempre um bom caminho durante toda a sua vida.

Anexo IX – Entrevista J7

Guião de Entrevista

A presente entrevista é desenvolvida pela aluna Sandra Rodrigues no âmbito da Dissertação de Mestrado, integrada no Mestrado em Política Social, no ISCSP – Universidade de Lisboa.

Este trabalho tem como tema “A transição para a vida ativa de jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – percursos de inserção”, tendo como objetivo analisar as experiências da institucionalização destes jovens-adultos, na sua infância e/ou adolescência, bem como poder aprofundar a sua perceção acerca da influência que as experiências em Lar de Infância e Juventude exercem nos seus percursos e condições de vida atuais. Os dados são anónimos e destinam-se apenas à investigação.

Grata pela colaboração

Idade: 23 anos

Estado Civil: Uniao de Facto

Naturalidade: Belga

Residência: França Lourdes

Nível de escolaridade: 6 ano

Profissão: Desempregada

I – Percurso de Institucionalização

1. Que idade tinha quando foi viver para a instituição?

Tinha 11 anos.

2. Quantas instituições integrou ao longo da sua vida? Qual o tipo?

Duas, um colégio de crianças e jovens e um lar de crianças.

3. Como era a sua relação com os técnicos?

Acho que era boa, eu gostava muito dos técnicos, mesmo não mostrando.

4. Como se caracteriza antes de entrar para a instituição? E depois? Acha que houve

mudanças na sua maneira de ser e encarar a vida? O que é que provocou essas mudanças?

Antes de entrar para a instituição era uma menina muito revoltada e depois quando saí acho que fiquei ainda mais revoltada.

Sim, houve mudanças, tornei-me uma pessoa diferente.

5. Lembra-se de como se sentiu quando entrou na instituição? E durante a institucionalização, como se foi sentindo? Sentiu dificuldades na adaptação? Quando cessou o acolhimento, como se sentiu?

Sim, lembro-me perfeitamente que estava muito revoltada no primeiro dia. Fui me sentindo desprotegida, sozinha, com falta dos pais. Sim, tive muitas dificuldades em adaptar-me. Quando saí senti-me finalmente livre mas ao mesmo tempo um pouco perdida, sem saber o que fazer e com algum arrependimento.

6. Recorda-se de qual o motivo que a levou à instituição?

Ter uma família sem condições e sem motivação suficiente para as dificuldades de me educarem optando talvez pela solução mais fácil, o internamento.

7. Como explica a forma como conseguiu enfrentar e ultrapassar os momentos mais difíceis das mais diversas etapas (se sentiu essas dificuldades)?

Sim, senti algumas dificuldades mas teria que viver um dia de cada vez para conseguir o que queria, que era os meus pais.

II – Percurso pós-institucionalização

1. Atualmente, olhando para o seu percurso em instituição, como vê a criança/adolescente que foi e o adulto em que se tornou?

Como já referi, eu tornei-me numa criança e jovem revoltada e agora em adulta sinto-me ainda mais. Não só pelo facto de ter estado na instituição mas também derivado a alguns obstáculos que me surgiram ao longo do tempo até hoje, e o meu passado ainda permanece.

2. Neste momento, passado alguns anos fora da instituição, como vê a sua passagem pela mesma? Qual a avaliação que faz dessa passagem? Que significado teve para si?

Como referi há pouco eu era uma menina muito rebelde mas passado algum tempo na instituição comecei por me sentir em casa. Senti algum carinho e isso significava muito para mim porque na altura quase que não tinha ninguém.

3. Considera que essa passagem pela instituição teve alguma influência na sua vida atual? Porquê?

Sim teve, porque me apercebi de certos erros que cometi e que agora estou a emendá-los com o meu filho, pois ele não será como eu, irá ser melhor.

4. Após a saída da instituição, manteve contacto com a mesma? E atualmente?

Quando saí perdi automaticamente o contacto mas anos mais tarde, atualmente, reencontrei pessoas que me marcaram e sim neste momento mantenho contacto com as mesmas.

5. Alguma vez pensou em como seria a sua vida atualmente, se não tivesse estado institucionalizada?

A minha vida já era miserável. Se não tivesse passado por nenhuma instituição, tenho a consciência que hoje continuava sem ler nem escrever, não saberia de nada, não aprendia nada porque estava sozinha.

6. Que escolaridade tinha quando cessou o acolhimento?

Tinha o 6º ano.

7. O que significava para si a escola? Que importância teve na sua vida?

Na altura, no meu passado não tinha nenhum significado a escola, nem queria saber, mas hoje se pudesse voltava a estudar. Ser uma jovem normal que nunca fui, voltaria sem dúvida e mudava muita coisa.

8. Que recordações tem da sua passagem pela escola?

Os amigos, incluindo professores e funcionários.

9. Considera-se satisfeito com a escolaridade ou formação que possui na atualidade?

Obviamente que não, queria ter mais estudos mas na altura não tinha maturidade suficiente para obter certos resultados positivos.

10. Hoje, tendo em conta tudo aquilo que vivenciou em instituição e, já de uma forma distanciada, existe algo na instituição que deveria mudar? O quê?

Todo o meu comportamento, principalmente ganharia mais oportunidades se tivesse escutado mais e respondesse menos, se pudesse voltar atrás voltaria e fazia tudo diferente pelo melhor.

Na instituição, acho que nada deveria mudar.

11. Atualmente, já constituiu família? Se não, pensa em constituir? Porquê?

Sim, já constituí. Estou junta à quase três anos e tenho um filho lindo.

11.1. Que ensinamentos, imputados pela instituição de acolhimento, gostaria de passar aos seus filhos?

Tudo o que eu aprendi e memorizei estou exatamente a passar para o meu filho, horários, educação e bom comportamento, coisa que nunca tive mas que o meu filho terá porque já estou a começar.